

BRUNA G. BENEVIDES

SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA

(ORGANIZADORAS)



Dossiê

**ASSASSINATOS e violência contra
TRAVESTIS e TRANSEXUAIS
no Brasil em 2018**



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA)

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE)

DOSSIÊ:

**ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA
CONTRA TRAVESTIS E
TRANSEXUAI NO BRASIL EM
2018.**

Bruna G. Benevides
Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Copyright©2019 por Bruna G. Benevides e Sayonara N. B. Nogueira

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citadas as fontes.

Brasil, 2019



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D724

Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018 /
Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.). —
Brasília : Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.
68 p.; 14x21 cm.

ISBN: 978-85-9067742-0

1. Atentado contra as liberdades fundamentais. 2. Estudos e Estatísticas. 3.
Travestis. 4. Transexuais. I. Benevides, Bruna G (Orgs.). II. Bomfin, Sayonara
Naider. III. Título.

CDU: 343.4:311.4
CDD: B323

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Direitos e Liberdades Fundamentais – 342.7
2. Fatores que Afetam o Comportamento Social - 304



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

APRESENTAÇÃO

Simbolicamente, optamos pelo lançamento deste Dossiê no Dia Nacional da Visibilidade Trans, comemorado no Brasil no dia 29 de janeiro desde o ano de 2004. Geralmente, neste dia todos os olhares se voltam para a causa Trans, percebe-se nas redes sociais mensagens de afetos e relatos potentes o dia todo, de quem vive um dia após o outro, sem a certeza do que virá a seguir. Nesta data comemoramos as lutas e histórias de resistência da população de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans que tem urgência de visibilidade, representatividade e ocupação de espaços que sempre foram negados historicamente a nossa população.

Infelizmente, o Brasil segue na liderança no ranking dos assassinatos de pessoas Trans no Mundo, conforme publicado no último relatório da *Trangender Europe (TGEU)*, instituição que monitora dos casos de assassinatos de pessoas Trans pelo mundo, a partir de dados coletados pela mídia, todavia o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação.

Este levantamento ganhou ampla notoriedade na mídia nacional e internacional, tendo sido massivamente compartilhado nas redes sociais, e citado em debates, pesquisas, artigos, escritas e artigos acadêmicos em todo o país. Cumprindo com seu objetivo de trazer visibilidade aos dados, serviu ainda como uma importante ferramenta de denuncia dessas violências e se consolidou como um marco neste tipo de levantamento, devido a clareza na análise dos dados e o comprometimento com a pesquisa.

Pela primeira vez no Brasil, um levantamento feito por instituições da sociedade civil sobre o assassinato de pessoas Trans foi entregue a Organização das Nações Unidas, durante o lançamento oficial dos dados na Casa da ONU-BR, em Brasília-DF, na presença de diversas redes Nacionais LGBTI e instituições que lutam pelos Direitos Humanos. Na ocasião, além da apresentação dos dados, foi entregue uma cópia ao representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, Sr. Jaime Nadal.

Ainda em 2018, durante o 168º Período de Sessões da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, em Santo Domingo, República Dominicana, tivemos a honra de entregar o relatório de 2017 às mãos da Presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Sra. Margarette May Macaulay. A fim de denunciar os assassinatos e a crescente onda de violência contra a população de Travestis e Transexuais, inclusive contra militantes e defensoras dos Direitos Humanos que foram brutalmente assassinadas no Brasil em 2017.

Além de ter sido entregue nas mãos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso, quando da audiência sobre a ação da Associação Brasileira de Gays,



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) que trata sobre o direito das pessoas Trans poderem escolher em que instituição penal irá cumprir sua pena - a ação segue aguardando julgamento pelo STF.

No decorrer do ano, e com diálogos em andamento, surgiu a necessidade de agregar ainda mais materialidade ao levantamento, e constituímos uma importante parceria. A ANTRA e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) passam a fazer o levantamento de forma conjunta, ampliando a capacidade de pesquisa e aprofundamento nos dados. Inclusive firmando o compromisso do lançamento unificado das publicações que antes eram feitas de formas autônomas por ambas as instituições.

O presente relatório, evidencia os assassinatos que aconteceram contra a população Trans em 2018, mas também trará dados sobre tentativas de assassinatos, violações de direitos humanos e outras mortes não solucionadas. Além de uma análise sobre suicídio e um artigo tratando sobre a LGBTIfobia estrutural que vivemos no Brasil. E que tem se intensificado, ao passo em que as forças conservadoras e anti-direitos LGBTI assumem o poder e passam a implementar medidas que visam dificultar o acesso a direitos e a cidadania plena.

Este dossiê ainda leva a reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas.

BRUNA BENEVIDES

Secretária de Articulação Política da ANTRA

SAYONARA NOGUEIRA

Vice-Presidenta do IBTE



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

SUMÁRIO

1. O BRASIL NÃO É PAÍS QUE MAIS MATA PESSOAS TRANS DO MUNDO?.....	06
2. OBJETIVOS.....	09
3. METODOLOGIA.....	11
4. DANDARA E A TRANSFOBIA OMITIDA PELO ESTADO.....	13
5. ASSASSINATOS EM 2018.....	15
5.1. ASSASSINATOS POR ESTADO.....	15
5.2. ASSASSINATOS POR REGIÃO.....	17
5.3. PERFIL DAS VÍTIMAS.....	18
5.4 TIPOS DE ASSASSINATOS.....	22
6. DADOS INTERNACIONAIS.....	24
6.1. RANKING DOS ASSASSINATOS.....	24
6.2. OBSERVATÓRIO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.....	24
7. AS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO.....	27
8. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....	32
9. ASSASSINATO SOCIAL: OUTRAS MORTES E SUICÍDIO.....	36
10. PALAVRAS DAS PRESIDENTAS - IBTE E ANTRA.....	40
11. ARTIGOS.....	43
11.1 <i>LGBTfobia Estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+.....</i>	43
11.2. <i>Artigo Sayonara Revista Geografia.....</i>	54
12. AUTORAS.....	59



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

1. O BRASIL NÃO É PAÍS QUE MAIS MATA PESSOAS TRANS DO MUNDO?

Iniciamos este trabalho discorrendo sobre a tentativa de deslegitimação do trabalho que vem sendo desenvolvido sobre o levantamento dos assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras e que em 2018 passou a contar com a parceria do IBTE, a fim trabalhar com os dados vinculados na mídia, sob os mesmos critérios adotados pela ONG TGEU, que leva em consideração dados absolutos pela dificuldade de levantamento de dados proporcionais a população, visto que não há dados a respeito da população trans no país, além dos estimados por ambas as instituições.

Cabe esclarecer que a metodologia usada não se trata de uma mentira ou manipulação dos dados como diversos canais divulgaram. Existem duas maneiras diferentes de fazer a análise. Uma levando em consideração os números totais (absolutos), em que o Brasil tem 41% de todos os assassinatos de pessoas trans do mundo, esse método é o empregado pelas Ongs e o TGEU e que o coloca como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo (TGEU), exatamente por ter mais casos notificados; e outra levando em consideração o número populacional de pessoas trans no país.

O Observatório de Pessoas Trans Assassinadas do projeto Transrespeito versus Transfobia no Mundo (TvT) do TGEU monitora, coleta e analisa sistematicamente relatórios de homicídios de pessoas trans e/ou gênero-diversas em todo o mundo. Os relatórios fornecem informações contextuais sobre o monitoramento e relato de assassinatos de pessoas trans e/ou gênero-diversas e resumem os resultados. As tabelas apresentam estatísticas sobre a região do mundo, país, data, localização e causa de morte, idade e profissão das vítimas.

Torna-se imprescindível discorrer sobre a importância de se fazer a segunda análise, mas esquecem de dizer que a primeira não está errada e tentam colocar como se fosse divulgando em destaque que o Brasil não seria o país que mais mata Travestis e Transexuais do mundo, em uma chamada completamente tendenciosa. O que nos faz refletir: Como fazer este levantamento com dados populacionais sem saber o percentual de população



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018
trans? Se no Brasil e em outros países não existe este levantamento, então como estipular quantas estão morrendo PROPORCIONALMENTE no mundo?

Em março de 2018, a ANTRA oficiou a Defensoria Pública da União (DPU), a fim de que esta se manifeste e acione o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para incluir no próximo censo, previsto para 2020, as questões demográficas da população LGBTI e especialmente Trans, e está sendo movida uma ação neste sentido.

Essas pessoas e seus veículos, ignoram a importância, dedicação e seriedade destas pesquisas, pois se trata de uma história marcada pelo sangue de pessoas que são ignoradas, subalternizadas e colocadas a margem da sociedade.

Estes levantamentos e pesquisas não são feitas pelo Governo ou financiadas por grandes investidores. São realizados por Instituições da Sociedade Civil, de maneira voluntária, que visam denunciar, visibilizar, alertar e mostrar que há uma população que está sendo assassinada por uma violência específica e que é necessário ter políticas específicas para combater esta violência.



A prova da eficácia do trabalho aqui exposto se dá quando, pela primeira vez na história do Brasil, o relatório dos assassinatos de 2017, foi entregue a Organização das Nações Unidas (ONU-Brasil em Janeiro/2018) e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Maio/2018 na República Dominicana), tamanha a sua relevância e reconhecimento da veracidade e materialidade dos dados. Além de sua importância para a pesquisa acadêmica, denúncias aos tribunais internacionais e citações em artigos científicos nacionais e internacionais, publicados em jornais como Le Monde (FR) e The New York Times (EUA).



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Tais matérias ou textos falaciosos, apenas minimizam e desqualificam as mortes e a transfobia existente nelas, mas não tem o mesmo cuidado ao desrespeitar a identidade de gênero das vítimas ou expor seus nomes de registro. Chega a afirmar que nem todas as mortes são por transfobia mesmo sem demonstrar o contrário, e esquece de dizer que há muitos casos subnotificados, o que pode acarretar em números muito maiores. E acaba por dar força ao discurso de quem já é contra nossa população.

O que leva a estas pessoas a divulgar que o Brasil não é o país que mais mata pessoas trans e travestis no Mundo (SIC), ao contrário do que dizem as Ongs sobre os dados da *Transgender Europe*? Por acaso a terceira ou quarta posição que eles citam é algo que deveríamos comemorar?

Qual é o benefício que essas matérias trazem para a população trans, seja para combater as mortes, diminuir a transfobia ou para contribuir com o debate? O que se pretende com esse dado de desqualificar o trabalho que é feito? Quais as contribuições destas publicações/falas frente a estes assassinatos?

Fica a reflexão de o quanto ainda temos que disputar os corpos e as mortes das travestis e transexuais que foram assassinadas a fim de garantir o combate efetivo sobre estes crimes. Além de mortas, tem suas histórias apagadas, seus nomes ignorados, suas identidades de gênero contestadas pela mídia, por suas famílias, que num último golpe, põe um nome na lápide que representa uma pessoa que já estava morta, mesmo em vida. E do quanto ainda precisamos avançar no debate, pois claramente, estas pessoas e sites não se deram ao trabalho de ler os relatórios até agora confeccionados, pois caso contrário, estariam mais preocupados em prestar informações respeitadas e com o enfrentamento da violência com que estas mortes acontecem, do que em desqualificar os dados.

Publicado originalmente em: <https://goo.gl/2S9mrw>



2. OBJETIVOS

Em 2017, a ANTRA iniciou um trabalho de mapeamento destes assassinatos e o transformou em um relatório contendo as informações sobre o perfil das vítimas como o gênero, raça e a classe social em que se encontravam a maior parte das pessoas que foram assassinadas. Revelando ainda um estado omissivo, criminosos soltos ou não identificados, o que leva o país estar no topo da lista dos assassinatos de Travestis e Transexuais. Em 2018, fechou-se uma parceria com o Instituto Trans de Educação (IBTE), que já fazia este trabalho há pelo menos quatro anos, a fim de agregar ainda mais a visibilidade dos dados e fortalecer este importante trabalho.

Este dossiê faz uma análise detalhada dos dados dos assassinatos e das violências contra a população de Travestis e Transexuais, constantes no Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras em 2018 da ANTRA e do Observatório da Violência, do IBTE. E tem o principal objetivo de denunciar os casos de violência e violações dos Direitos Humanos contra a população de Travestis e Transexuais, que tem reafirmado a posição do Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo.

Com este mapeamento pretende-se denunciar a omissão do Estado frente a estes mesmos dados, quando este não faz um levantamento efetivo destes assassinatos, ignorando os índices alarmantes, e a própria violência com as quais os crimes acontecem. O Estado brasileiro, ignora ainda as pesquisas e denúncias feitas pelas instituições que lutam pelos direitos humanos e da população LGBTI; e não promove ações de combate a violência praticada contra esta população.

Percebe-se ainda uma equivalência do aumento dos casos de violência no mesmo momento em que inicia uma caça aos direitos e aos avanços em prol da população LGBTI orquestrada por políticos retrógrados e conservadores que coadunam com pensamento intolerante, de cunho religioso fundamentalista. Exemplo inquestionável da presença desta política anti-direitos explícita durante a campanha eleitoral, onde casos de violência contra a população LGBTI se intensificaram, havendo diversos casos de assassinatos onde claramente



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

houveram motivações políticas por parte dos admiradores do fascismo que hoje está no poder. Seguem ainda a agenda de proibição das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas; o governo não faz campanhas de educação/prevenção contra a violência e suicídio da população travesti e transexual; quando sequer padroniza o atendimento de pessoas Trans nas Delegacias da mulher no país; na garantia da tipificação dessas mortes como Femicídio; e não garante de forma clara e simplificada, no registro das ocorrências, o respeito e uso do nome social, a marcação da identidade de gênero das vítimas, bem como a motivação para esses crimes.

Hoje, apenas 06 estados aplicam a Lei Maria da Penha para Travestis e Transexuais no país, sendo estes: Acre, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, mas ainda de forma muito insipiente. O não reconhecimento das identidades trans, o abandono familiar, a exclusão escolar, a precarização laboral e a exclusão do mercado de trabalho, são aspectos que levam a marginalização dessa população. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher não estão preparadas para casos de violência a pessoas trans. O Estado, na realidade, é o que mais violenta esse grupo, não reconhecendo sua identidade de gênero.

Este trabalho ainda serve para denunciar o Brasil frente as cortes internacionais, Tribunais Internacionais dos Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU). Pretendemos ainda, incentivar a discussão sobre a urgência e necessidade de criminalizar a LGBTIfobia para tentar estancar essa ferida que segue aberta a tanto tempo.

Os dados aqui apresentados pretendem fomentar discussões sobre a necessidade de serem efetivadas ações e campanhas preventivas e educativas, periódicas, sobre o suicídio da população LGBTI; realizar ações focais e continuadas de combate a Transfobia; Organizar GTs de segurança LGBTI nos estados e municípios; Garantir o atendimento das Travestis e Mulheres Transexuais nas DEAM; efetivar a padronização da coleta de dados de violência nas delegacias, hospitais e IML com o uso adequado do nome social e marcação de identidade de gênero.



3. METODOLOGIA

A metodologia segue o padrão internacional da TGEU, usado no relatório lançado em 2018, e novamente salientamos que não existem dados oficiais sobre os assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, visto que o governo não se preocupa com essas mortes. E, infelizmente, por sermos as/os mais afetadas/os pela violência e diante do quadro de total descaso do estado, acabamos tendo que assumir o papel de levantar os dados sobre esses assassinatos com a intenção de denunciar tamanha violação dos direitos humanos.

Não contamos com nenhum apoio para realizar este levantamento, seja institucional, no ambiente virtual ou mesmo em loco, em todo o Brasil, em cada município, estado, delegacia, Hospital, IML, etc, exatamente por não contarmos com recursos (financeiros ou materiais) destinados a este fim, bem como pessoal; e sem o devido acesso às informações, que muitas vezes são sigilosas e/ou inexistentes.

Há casos em que nenhuma mídia cobre o assassinato, e por conta disso, contamos apenas com relatos de pessoas locais que nos repassam informações. Como vamos identificar um assassinato caso ele não saia na mídia? São casos subnotificados que se perderiam se não fossem nossos parceiros/informantes locais. **E vale ressaltar que houve um aumento de 30% na subnotificação dos casos pela mídia. O que compromete os resultados e faz parecer que houve uma queda nos assassinatos, quando na verdade houve um aumento na invisibilidade destas mortes.**

O levantamento é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira, e a partir de pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias vinculadas na internet. De forma manual, individual e diária. Há ainda grupos específicos que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou são enviadas informações através da rede de afiliadas da ANTRA, IBTE e Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTI (RENOSP), além dos mais diversos meios e canais de comunicação (E-mail, Facebook, Whatsapp, etc).



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Os dados não seguem um padrão, há muitos casos em que não existe respeito a identidade de gênero das vítimas ou mesmo o nome social.

As mortes são arrancadas de pedaços de jornais, nos quais são expostas em curtas linhas informativas com início, meio e fim, que fecham uma condição na ocasião de quando aconteceram, inclusive em seus nomes masculinos. Os jornais afirmam caricaturas das assassinadas.(MARTINS, 2017)

Fazemos um trabalho de pesquisa e averiguação (dentro de nossas limitações) até a publicação oficial da notícia. Existem muitos casos onde intencionalmente, as mídias e jornalistas, fazem uma associação incoerente e fictícia com o uso de drogas ou outras atividades ilegais, em uma escrita recheada de preconceitos e ignorância que reforça e perpetua estigmas contra a população trans. Há ainda matérias que expõem fotos dos cadáveres mutilados, o que é uma violação da imagem daquela pessoa, já brutalmente assassinada. Esse modo de exposição também viola as famílias e suas dores.

E mais, infelizmente, não são todos os órgãos de comunicação que publicam esse tipo de matéria, e quando publicam, fazem de forma transfóbica, coisificando, vulgarizando e marginalizando as pessoas travestis e transexuais. Na maior parte das reportagens sobre casos de assassinatos de pessoas trans, seus nomes sociais e gêneros são comumente desrespeitados.



4. DANDARA E A TRANSFOBIA OMITIDA PELO ESTADO

O Ceará foi o Estado mais matou Travestis e Transexuais do Brasil em 2017 (único estado que aparece nas listas de dados absolutos e em dados proporcionais da ANTRA e do IBTE), que Matou Dandara, Herika e tantas outras travestis e transexuais de formas brutais e abomináveis. E que em 2018, aparece em quarto lugar no ranking dos assassinatos de Travestis e Mulheres transexuais, em dados absolutos, o governo do estado NÃO CONSIDERA A MORTE DE DANDARA (e tantas outras) COMO TRANSFOBIA.

É o que demonstra o levantamento feito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, onde nem mesmo o caso Dandara foi visto (institucionalmente) como Transfobia, apesar de a Transfobia ter sido reconhecida como qualificadora pelo Tribunal do Júri e os criminosos condenados e presos. E mesmo diante da crueldade com que o assassinato aconteceu, foi filmado e vinculado nas redes sociais.

Para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, entretanto, Dandara foi morta por motivos alheios à condição de travesti. Nos procedimentos formalizados nos inquéritos policiais da Capital e Região Metropolitana, no ano de 2017 não houve a identificação de nenhum crime ligado à homofobia. O 0% (ZERO PORCENTO) que aparece no relatório ao lado da motivação "homofobia" impressiona quem convive com a realidade de agressões e violações contra a população LGBT (Jáder Santana/Thiago Paiva - Jornal O POVO. 2018).

Mesmo hoje, quase dois anos depois de sua morte, ainda não existe a possibilidade de constar a Transfobia como motivo presumido ou qualificador destes assassinatos. A exemplo de outros estados, não existe a possibilidade de enquadramento como Transfobia como motivo presumido nos Registros de Ocorrência e nem reconhece esses assassinatos como Femicídio, escancarando a Transfobia institucional e o não reconhecimento de nossa cidadania, mesmo depois de mortas.

Este é o reflexo do Brasil, que invisibiliza e nega nossas identidades até na hora de nossas mortes. Que nos trata no masculino depois de mortas, inclusive durante todo julgamento. Que solta assassinos confessos (Teresina-PI.2017). Que tem nos caçado desde a ditadura militar.

Que vem se omitindo de olhar para essa violência contra a nossa população e nega a possibilidade qualificar esses crimes que são específicos com nuances e motivações



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

específicas, para continuar calado frente ao apagamento de nossas vidas que vem sendo perpetuada pelo próprio estado.



Dandara, Fortaleza, Ceará.

Perdi-me do nome
Hoje podes chamar-me de tua
Dancei em palácios
Hoje danço na rua.
Vesti-me de sonhos
Hoje visto as bermas da estrada
De que serve voltar
Quando se volta p'ró nada.
Eu não sei se um Anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar.
Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
E o fim vem-me buscar...

Pedro Abrunhosa



5. ASSASSINATOS EM 2018

No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos.

Dos assassinatos no Brasil, entre os concluídos, 96% foram arquivados. E somente 4% resultaram em denúncias à Justiça. (Fonte: Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - Enasp).

Em um primeiro olhar, observa-se que o número de casos noticiados pela mídia são inferiores ao ano de 2017, que em uma primeira análise, sugere diminuição no número dos assassinatos de 179 (em 2017) para 163 (em 2018). Porém, na análise mais profunda destes mesmos dados, vemos um dado importante, que elucida a questão e traz um questionamento sobre o aumento da quantidade de casos não notificados pela mídia, em cerca de 30%, elevando assim o índice de subnotificação, sendo que em 2017 foram 34 casos não noticiados, contra 44 em 2018. Deste modo, deixa-se uma pergunta sobre o que de fato vem acontecendo com estes números, quando fica expresso que a não vinculação destes assassinatos evidencia que não houve queda real. Visto que, se fossem publicados, os dados seriam ainda maiores. **Portanto, percebe-se que não houve uma queda no número dos casos, mas um aumento no número de subnotificações, em relação aos casos publicados.**

5.1. ASSASSINATOS POR ESTADO

a) Ranking dos assassinatos de pessoas trans por estado, em dados absolutos:

Em números absolutos, o **Rio de Janeiro foi o que mais matou a população trans em 2018, com 16 assassinatos. Em segundo a Bahia, com 15 casos, terceiro ficando São Paulo com 14 casos, em quarto lugar o Ceará, com 13 assassinatos e ocupando a quinta posição, o Pará com 10.** Minas Gerais aparece com 9, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso com 8, Pernambuco, 7, e o Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e Amazonas com 6 casos. Sergipe e Paraíba com 5, Santa Catarina 4, Maranhão e Alagoas 3. Piauí, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal com 2 mortes e Tocantins, Roraima e Rondônia com 1 assassinato. Acre e Amapá não tiveram nenhum caso noticiado.



b) Ranking dos assassinatos de pessoas trans por estado, proporcional a população trans:

Em números proporcionais, o ranking se altera com o Mato Grosso em primeiro lugar, Sergipe em segundo, Roraima em terceiro, Rio Grande do Norte em quarto e o Amazonas em quinto, com as mais altas proporções de assassinatos de pessoas Trans/100 mil habitantes. A tabela abaixo traz os estados ranqueados pelo índice de assassinatos de pessoas trans, proporcionalmente:

Tabela: Assassinatos por proporção

Proporcional a População Trans/100 mil habitantes		
1º	MT	12,03
2º	SE	11,96
3º	RR	10,53
4º	RN	9,02
5º	AM	7,89
6º	ES	7,89
7º	CE	7,60
8º	PA	7,21
9º	PB	6,58
10º	BA	5,26
11º	RJ	5,26
12º	AL	4,78
13º	GO	4,51
14º	PE	4,19
15º	MS	3,90
16º	RS	3,76
17º	TO	3,51
18º	DF	3,51
19º	PI	3,29
20º	PR	3,17
21º	SC	3,01
22º	RO	2,92
23º	MA	2,26
24º	MG	2,26
25º	SP	1,64
26º	AC	0,00
27º	AP	0,00



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

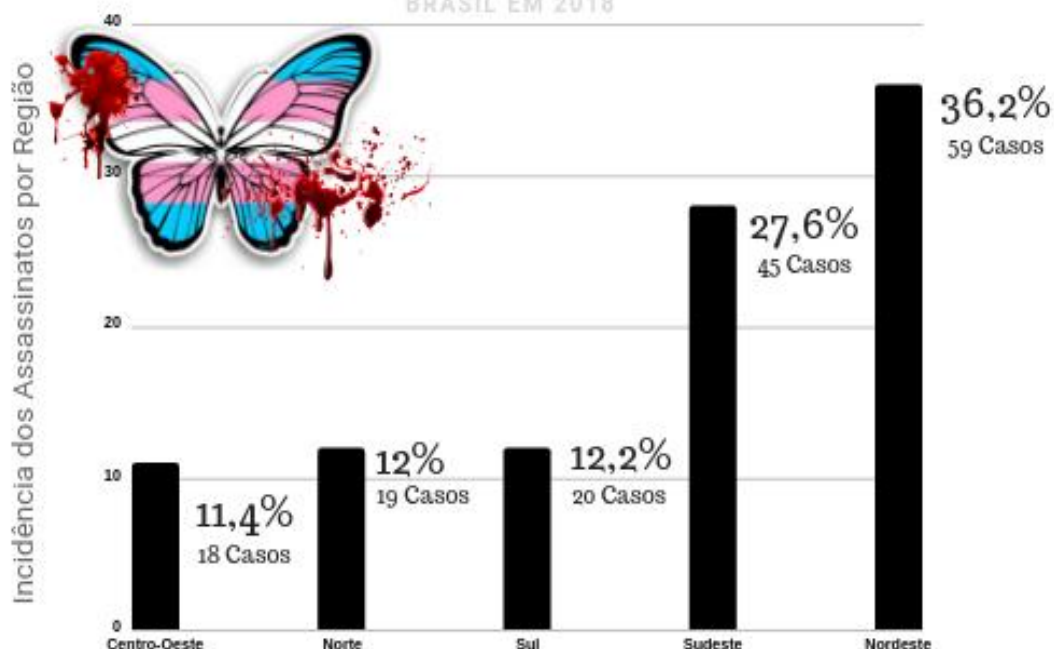
Vale salientar que apesar de não haver dados oficiais sobre a população de travestis e transexuais, trabalhamos com a estimativa de que 1,9% da população seja não-cisgênera**. Sendo 1,1% da população pertencente ao gênero feminino (travestis e mulheres transexuais); e 0,8% pertencentes ao gênero masculino (homens trans e transmasculinos):

***Dados referentes a pesquisa "Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies"*

5.2.ASSASSINATOS POR REGIÃO

Novamente a maior concentração dos Assassinatos foram contabilizados na região nordeste, com 59 assassinatos (36,2% dos casos), seguido da Região Sudeste com 45, Sul com 20, Norte com 19 casos e Centro-Oeste com 18 assassinatos. **As regiões Sul e Centro Oeste, apresentaram aumento em relação a 2017.**

DOSSIÊ DOS ASSASSINATOS E DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2018





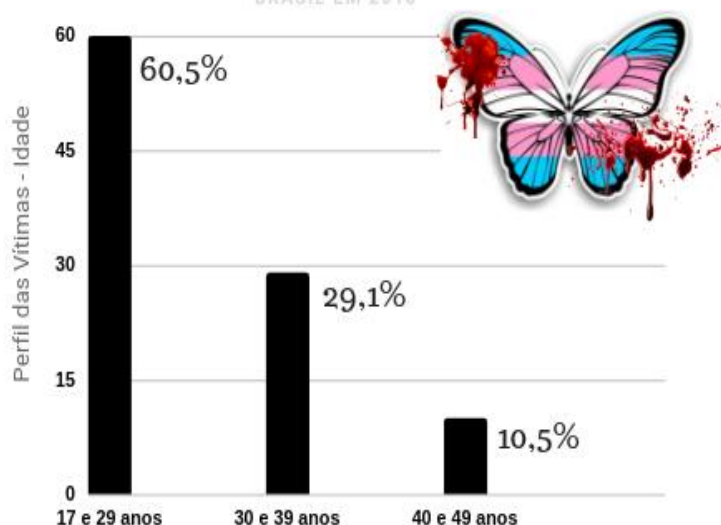
5.3. PERFIL DAS VÍTIMAS

a) IDADE

É fato que a juventude trans está diretamente exposta a violência que enfrentam no dia a dia. Especialmente aquelas que trabalham na prostituição e ainda mais diretamente submetidas a diversas formas de violência, seja ela psicológica, simbólica, física ou mesmo ao assassinato. Nota-se que os índices mais altos de assassinato da população Trans, está diretamente relacionado as questões etárias. Onde quanto mais jovem, mais suscetíveis a violência e a mortandade. Ao contrário daquelas pessoas que ultrapassam a estimativa de vida, veem a possibilidade de ser assassinada/o diminuir ao longo de suas vidas.

A vítima mais jovem noticiada em 2018 tinha 17 anos e a mais velha 49 anos. O Mapa dos assassinatos aponta que **60,5% das vítimas tinham entre 17 e 29 anos**, caindo para 29,1% aquelas entre 30 e 39 anos, 10,5% entre 40 e 49 anos.

DOSSIÊ DOS ASSASSINATOS E DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2018



Diante dos dados, chegamos a estimativa de que **a idade média das vítimas dos assassinatos em 2018 é de 26,4 anos** - queda de 1,3 anos em relação a 2017, ratificando os dados de que quanto mais jovem, mais exposta e propensa ao assassinato as pessoas trans estariam.

As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos (IBGE 2013).

Constam ainda 76 casos em que não foi possível identificar a idade das vítimas (aumento na subnotificação de idade das vítimas em 7 casos em relação a 2017).

b) CLASSE E CONTEXTO SOCIAL.

De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social.

Devido a exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). *E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae).*

E é exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência. Expostas a toda sorte de agressões físicas e psicológicas.

Vemos ainda que 65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas. O que denota o ódio às prostitutas, em um país que ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles.

Este comportamento da sociedade é constantemente reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade.

Não há dados sobre o percentual de homens trans que estejam atuando na prostituição. E em geral, estes acabam pelo atendimento em privês e locais que promovem uma maior segurança. A escolaridade desta parcela da população é inversamente proporcional a baixa escolaridade das Travestis e Mulheres Transexuais.



C) RAÇA.

Não muito diferente de 2017, **82% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas**, ratificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil.

O diagnóstico produzido pelo Governo Federal apresentado ao Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE mostra vetores importantes desta realidade, para além dos socioeconômicos: a condição geracional e a condição racial dos vitimizados. 70,6% das vítimas eram negras. Jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total (Mapa da Violência 2016).

Travestis e Transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são estas as que tem os maiores índices de violência e assassinatos.

Dados do último Mapa da Violência denotam aumento de 54% nos homicídios de mulheres negras, enquanto os assassinatos de brancas caiu 9,8%. O mapa não traz dados sobre pessoas trans.

O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoas cisgênera. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas.

D) GÊNERO

As questões de gênero se reforçam e demonstram que 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos). Apontando para a necessidade da equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Feminicídio, visto que a taxa média de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais em 2018 é de 5,11 a cada 100mil pessoas trans, levando-se em consideração de que 1,9% da população seja não-cisgênera conforme citado anteriormente, *enquanto a taxa mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100mil Mulheres Cisgêneras, que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo, de acordo com o Mapa do Feminicídio do Brasil (Dossiê Feminicídio).*



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente. (Berenice Bento - BRASIL: PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO).

E) RESPEITO A IDENTIDADE DE GÊNERO DAS VÍTIMAS NA MÍDIA

No ano de 2016, apenas 22% das matérias sobre os assassinatos de pessoas trans respeitaram a identidade de gênero das vítimas. Já em 2017 este total aumentou para 68%. E em 2018, dos casos notificados e que trouxeram o nome das vítimas, 63% respeitaram a identidade de gênero das pessoas trans. Havendo uma queda em relação ao ano passado. **Porém, ainda consideramos alto o índice de 37% de mídias que não respeitam a identidade de gênero das vítimas ou ainda, 34 casos que não constaram este marcador.**

Sabemos que a decisão do STF na ADI 4275 sobre o direito à alteração de nome, gênero ou ambos foi fruto de anos de luta do movimento travesti e transexual. Apesar de ser uma grande conquista, a decisão do Supremo por si só não enfrenta o problema. Por isso, o Conselho Nacional de Justiça editou o provimento n.º 73, de 2018 que estabelece como deve ser feita a alteração. Reconhece também que este provimento do CNJ ainda não é o melhor para garantir os direitos de alteração do registro civil e que também alguns cartórios podem criar resistências para cumpri-lo. Por isso, é fundamental que a falta de informação por parte dos cartórios ou negativa de cumprimento da decisão sejam denunciadas nos órgãos competentes e também às nossas organizações.

Desta forma, surge a necessidade de atentarmos para um dado importante: Pessoas Trans com nome e gênero retificados, podem passar por um novo processo de invisibilização na hora de notificações ou registros de ocorrência. Pois, de acordo com o registro documental, estariam sendo reconhecidas pelo estado como se fossem pessoas cisgêneras. **E por isso, se torna cada vez mais importante o uso de marcadores da identidade de gênero em formulários, laudos, boletins de ocorrência, e fichas, e nas matérias que noticiam estas mortes, para que estes dados não se percam, ou que a população trans volte a ter sua identidade de gênero deslegitimada, ou novamente subnotificada, após a retificação registral.**

É importante saber se uma pessoa assassinada é cisgênera ou transgênera para que



possamos fazer o cruzamento dos dados e para que o estado dê conta destes assassinatos. E isso só será possível, com o marcador da identidade de gênero existente, devidamente preenchido e publicizado; bem como as equipes qualificadas para o preenchimento e cientes de sua importância.

A dificuldade de padronização destes dados por parte da mídia, traz um desafio ainda maior para este levantamento, seja por desconhecimento ou falta de interesse, em muitos casos acabam por noticiar mortes de travestis e mulheres Transexuais como se fossem homens gays que apresentam expressão de gênero lida como sendo mais "feminina"; e Homens Trans como sendo lésbicas com expressão de gênero lidas como mais "masculinizadas". No caso de pessoas Não-Binárias, este marcador se torna ainda mais desafiador, devido a invisibilidade desta população ou a falta de conhecimento/interesse sobre a diversidade de gênero.

Houveram alguns casos, onde transformistas, *dragqueens* ou ainda *crossdressers* foram notificadas como se fossem travestis, mulheres transexuais ou homens trans; e lésbicas *butch* de forma equivocada tiveram suas identidades de gênero compulsoriamente atribuídas como se fossem pessoas trans por outros sites de pesquisa.

Com o aumento da denúncia dessas violações, o monitoramento por parte das redes e instituições; e das discussões sobre diversidade de gênero, apesar e a despeito da censura anunciada pela bancada fundamentalista contra este debate, conseguimos ver o diálogo sobre o tema intensificar a importância das diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero para o levantamento dos dados. E temos visto as coisas mudarem lentamente, quando foi mantido um número elevado **de notícias em mídias e jornais que respeitaram as identidades de gênero e os pronomes de tratamento adequados as pessoas Trans nas matérias vinculadas.**

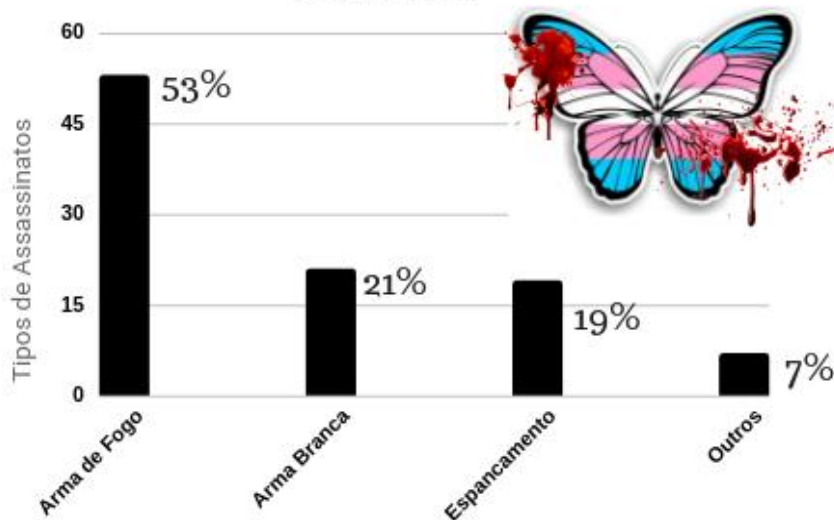
5.4 TIPOS DE ASSASSINATOS

Dos 163 assassinatos notificados em 2018, em 06 notícias não constam dados sobre o tipo de ferramenta/meio utilizada para cometer o assassinato. Dos demais casos, **53% foram cometidos por armas de fogo, 21% por arma branca e 19% por espancamento, asfixia e/ou estrangulamento.**



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

DOSSIÊ DOS ASSASSINATOS E DA VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2018



Conta ainda com a incidência de 28 casos onde foi usada mais de uma ferramenta/meio para cometer o assassinato. A associação que mais se repete é entre a agressão física, tortura, linchamento, afogamento, espancamento e facadas. **83% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade** como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência.

Houve ainda **11 casos de execução direta com número elevado de tiros** entre 06 e 26 disparos, diversos apedrejamentos e decapitações. O que denota o ódio presente nos casos. Que chama atenção e denuncia a Transfobia presente neste tipo de crime. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e esquartejados; e repetidamente golpeados.

Os crimes normalmente seguem uma intensidade de repetições de métodos, golpes e artefatos utilizados na morte, e acontecem de acordo com o meio em que a vítima se encontra no ato do assassinato. Seja via pública, de difícil acesso e/ou local privado, há uma diferença entre os métodos utilizados pelos assassinos.

E a quantidade de algozes também varia de acordo com esta condição. Se a mesma estiver em um ambiente mais ermo, escuro e com pouca circulação, no motel ou mesmo dentro de casa, e houver a chance de vandalizar o corpo, o assassino assim fará. Mortes em áreas mais movimentadas, em geral, acontecem de forma mais rápida.

Estimamos que cerca de 80% dos assassinos não tinham relação direta com a vítima por serem clientes em potencial daquelas que trabalhavam como profissionais do sexo, ou mantém outro tipo de envolvimento casual, que em geral não tem vínculo social, afetivo ou envolvimento direto com a vítima. O que dificulta inclusive sua identificação, reconhecimento e prisão. Exceto quando, em raros casos, são clientes conhecidos, e são facilmente identificados.



6. DADOS INTERNACIONAIS

6.1. RANKING DOS ASSASSINATOS

O Brasil segue como o país que mais mata travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans de todo o mundo. É o que confirma o relatório da ONG Internacional *Transgender Europe*, que mapeia 72 países e denuncia a transfobia, lançado em 20/11/2018, Dia Internacional da Memória Trans (T-DOR). A ANTRA e o IBTE são as instituições responsáveis pelo levantamento destes dados no Brasil.

Com 47% das mortes notificadas, o Brasil lidera o Ranking mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais. De acordo com o *Transgender Europe*, que monitora os assassinatos de Travestis e Transexuais pelo mundo, **entre 01/10/2017 e 30/09/2018, foram assassinadas 167 pessoas Trans no Brasil**, seguidos de 71 mortes no México, 28 no EUA e 21 na Colômbia no mesmo período. O Brasil ocupou o primeiro lugar nos três primeiros relatórios, sendo que teve 171 mortes (entre 2016 e 2017) e 136 (entre 2015 e 2016). Na maioria dos países, os dados sobre pessoas trans assassinadas e com diversidade de gêneros não são sistematicamente produzidos e é impossível estimar o número real de casos.

O relatório do TGEU pode ser encontrado no website <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018/>, os relatórios ainda são divulgados na versão inglês e espanhol.

A violência contra pessoas trans frequentemente se somam a outros marcadores de opressão na sociedade, como o racismo, o sexismo, a xenofobia, o sentimento de ódio e a discriminação contra profissionais do sexo. Dados do projeto *Trans Murder Monitoring* mostram que as vítimas cujas ocupações são conhecidas são, em sua maioria, profissionais do sexo (62%). Nos Estados Unidos, a maioria das pessoas trans que foram assassinadas são mulheres trans afro-americana (85%), e na França, Itália, Portugal e Espanha, que são os países para os quais a maioria trans e pessoas com diversidade de gênero da África e da América Central e do Sul migram, 65% das vítimas de homicídio relatadas eram migrantes.

6.2. OBSERVATÓRIO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Com o intuito de aumentar a rede combate a violência, mapeamento dos dados e visibilidade das violações dos direitos humanos e assassinatos de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans, acaba de ser fundado o Observatório da violência da América Latina e do Caribe.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Participaram como membro fundadoras a professora e geógrafa Sayonara Nogueira do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e Bruna Benevides da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que estarão participando efetivamente desde sua Fundação e como instituições que representam o Brasil no observatório neste primeiro momento, por sua parceria e importante contribuição no mapeamento da violência contra pessoas trans no Brasil. Além do Coletivo Trans do Uruguay representando por Collete Spinete e Claudia Vasquez pela OTRANS – Colectivo trans y travesti de Argentina.

No ano de 2018, entre os dias 04 e 05 de outubro, as integrantes do Observatório Lac, se reuniram em Lima no Peru, no 2º Encontro de Atores Chave sobre Educação, Diversidade Sexual e Gênero da Rede Ibero-americana de Educação LGBTI.



Da esquerda para direita: Collete (Uruguai), Sayonara (Brasil), Claudia (Argentina) e Bruna (Brasil)

O observatório tem como objetivo principal a unificação do bloco de países que compõe a América Latina e o Caribe, para o levantamento e produção de dados, pesquisas e denúncias que visam jogar luz sobre a omissão dos países em relação as violências que a população Trans está exposta.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Além de denúncias, discutir formas de identificar e qualificar os assassinatos motivados pela transfobia e outras formas de discriminação contra travestis e transexuais como TRAVESTICÍDIO ou TRANSFEMINICÍDIO a fim de reconhecer a violência específica a que está exposta a nossa população. Sistematizar violências simbólicas, assassinatos sociais e outras formas de violência em cada país, que contará com representação local, ficando responsável pela verificação dos dados informados.

Em breve será lançado site oficial, além de campanhas de filiação e plataforma de denúncias, porém, já conta com fanpage online no Facebook e um mapa interativo.

OTRANS
ARGENTINA

Colectivo
Trans del
Uruguay

OBSERVATORIO LAC

Observatorio de violencia
contra las personas trans y
género no binario de
América Latina y el Caribe

Antra
Associação Nacional de
Travestis e Transexuais

Instituto Brasileiro Trans de Educação
IBTE

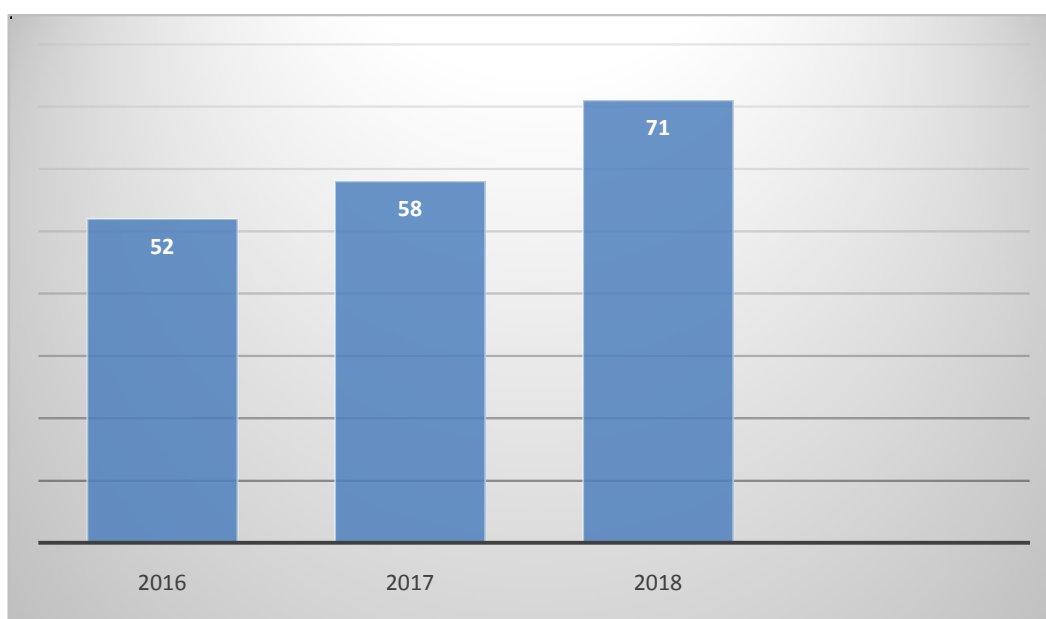


7. AS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO

Uma tentativa de homicídio como o próprio nome remete-se a um indivíduo que planeja em sua ação matar a vítima. Mas a mesma acaba saindo com vida da situação, mesmo se a pessoa tiver tido poucos danos na hora do julgamento a tentativa de homicídio. A análise das tentativas de homicídio que ocorreram contra a população trans é de suma importância, uma vez que a vítima, tendo saído viva do episódio, pode assim narrar o motivo que levou a esta ocorrência.

No ano de 2018 foram registrados pela imprensa brasileira 71 tentativas de homicídio, um aumento de 9,8%, sendo que todas as vítimas são do gênero feminino.

Gráfico: Tentativas de homicídio

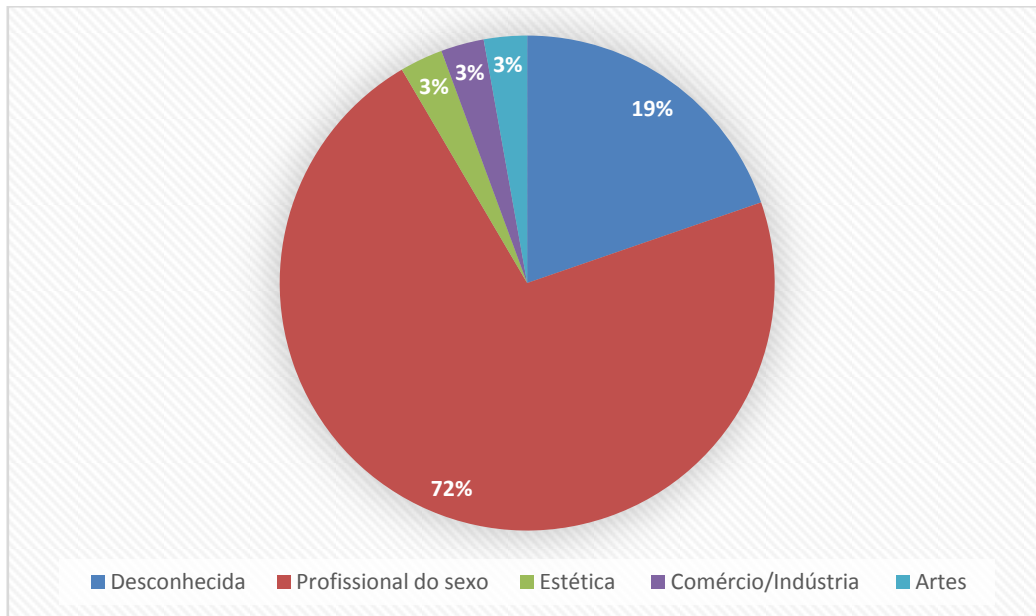


Em relação a profissão das vítimas, temos que 72% são profissionais do sexo e estas tentativas ocorreram em via pública, local de trabalho destas pessoas, ratificando-se que a prostituição é algo compulsório na vida destas pessoas, que sofrem todo tipo de exclusão social, a partir do momento que se identificam com o gênero diverso daquele que nasceu.



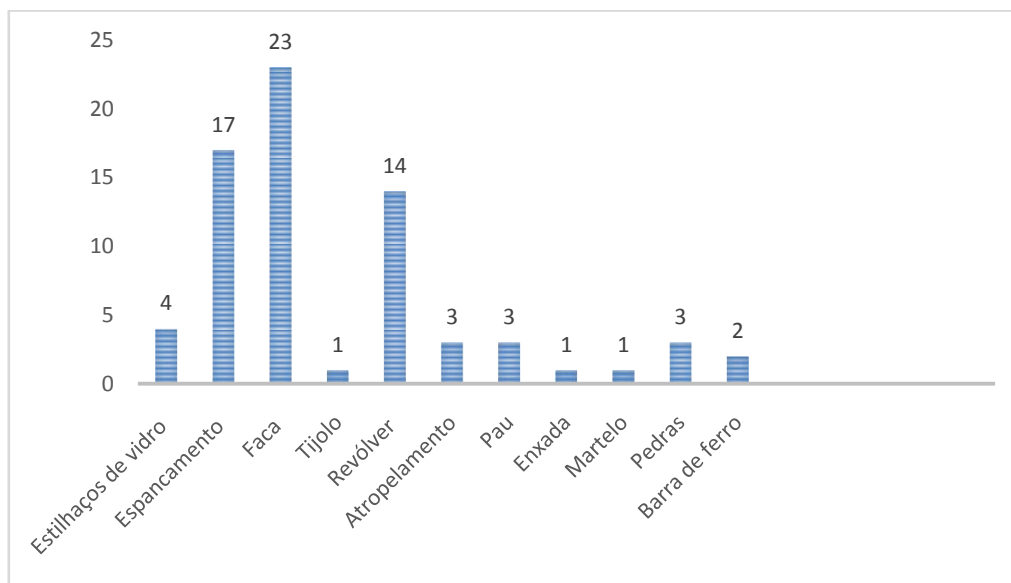
Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Gráfico: Profissão das vítimas



Na análise do tipo de arma usada, tem-se o uso de faca, seguido de revólver e espancamento, mas foram encontradas outras formas como, o uso de estilhaços de vidro, tijolos, pedaços de pau, enxada, pedras e barra de ferro, em alguns casos houve ainda o atropelamento proposital.

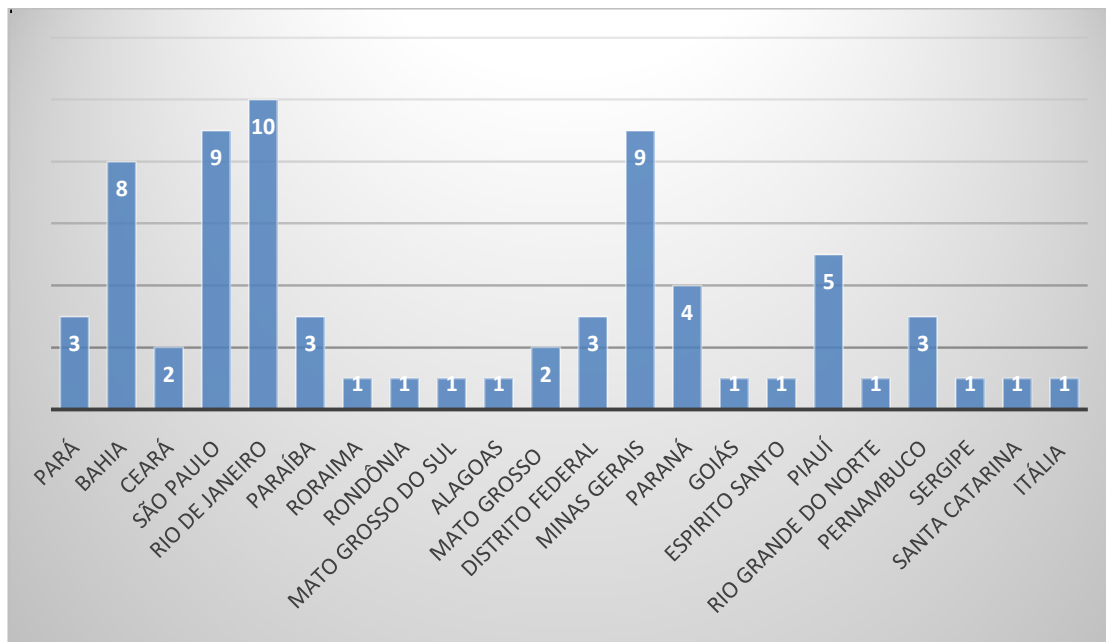
Gráfico: Tipo de arma usada



O maior número de ocorrências aconteceu nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais empatados em 2º lugar, Bahia, Piauí e Paraná, sendo localizado também um caso na Itália.

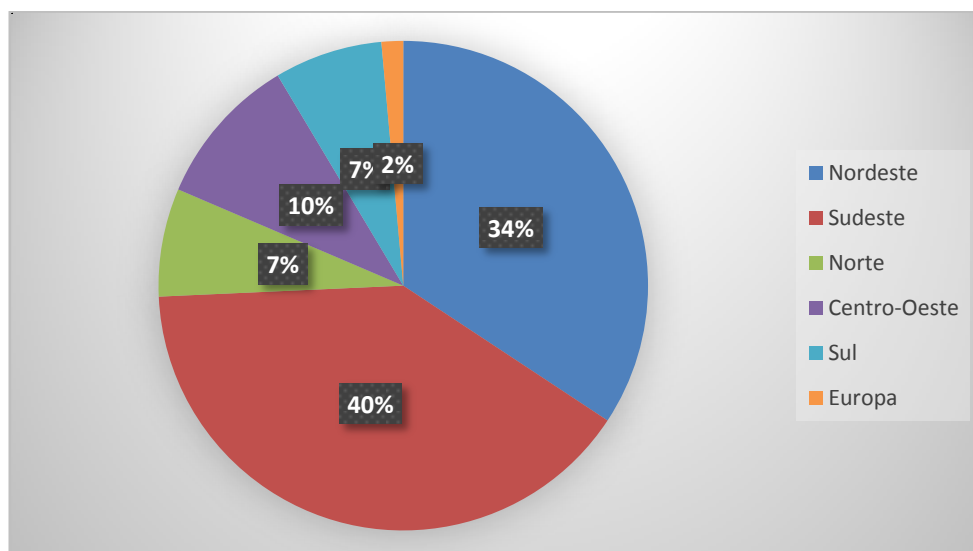


Gráfico: Estados que aconteceram a ocorrência



Em relação as regiões geográficas do país, destaca-se o Sudeste com 40% dos casos registrados, seguido do Nordeste com 34% e o Centro-Oeste com 10% das tentativas de homicídio.

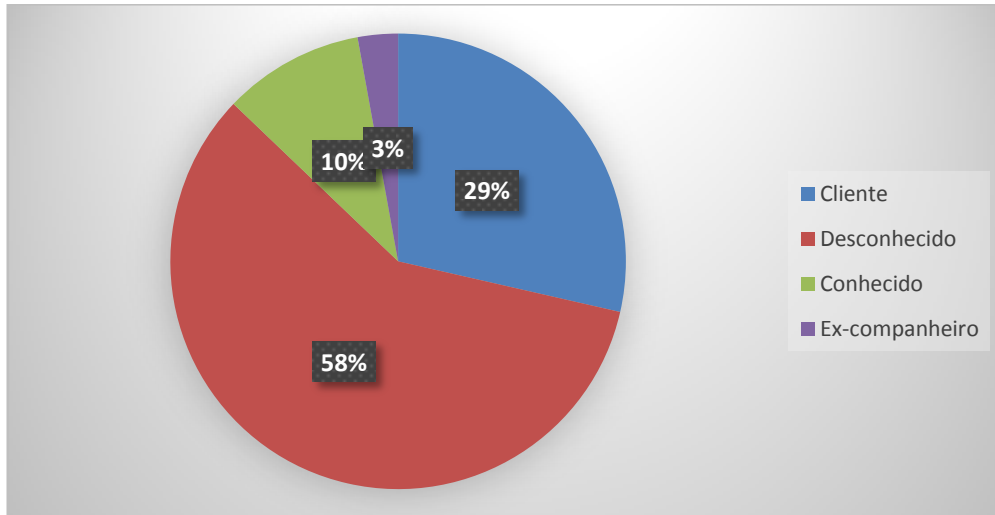
Gráfico: Regiões onde ocorreram as tentativas de homicídio



Ao fazer uma análise das reportagens, percebe-se que estas **tentativas de homicídio foram efetuadas na sua maior parte por pessoas desconhecidas**, num total de 58%, seguido dos clientes 29%, somente 10% eram conhecidos da vítima e 3% eram ex-companheiros.

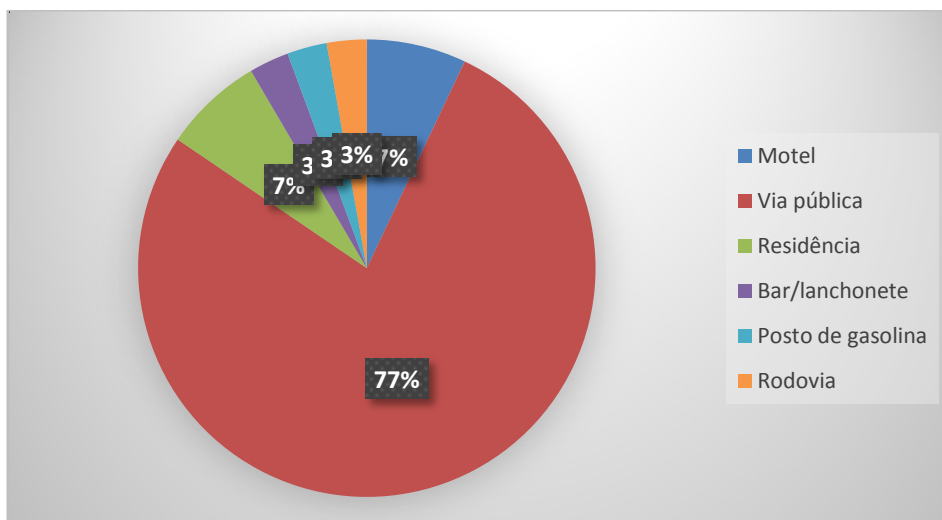


Gráfico: Ligação com a vítima



Em relação ao local que essa tentativa de homicídio aconteceu temos 77% dos casos ocorridos em via pública, conforme já mencionado acima, seguido de 7% dos eventos em motel e outros 7% na residência da vítima.

Gráfico: Local da tentativa

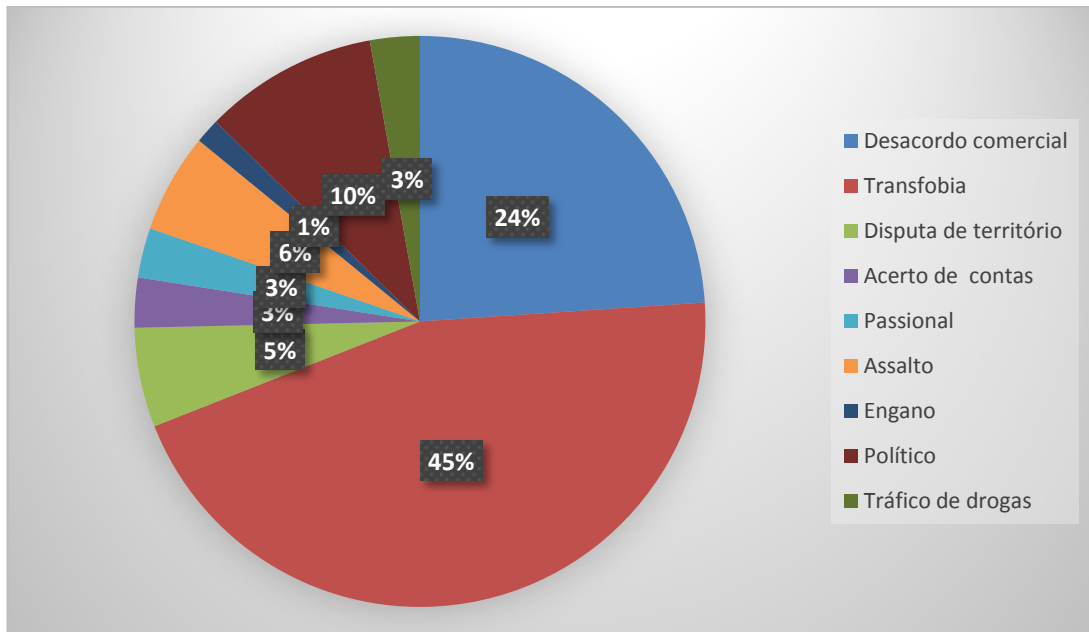


Por fim, foi analisado o fator que levou esta tentativa de homicídio, sendo que 45% dos casos foram registrados como transfobia, seguido de 24% com desacordo comercial e em 3º lugar com 10% tivemos motivos políticos neste ano, algo inédito desde a tabulação destes dados, sendo que a concentração destes casos ocorreram no período eleitoral e as tentativas foram praticadas por pessoas que apoiavam o atual governo.

Gráfico: Fator motivador



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018



A violência a qual estão sujeitas as pessoas trans, é apresentada como naturalizada no imaginário social da sociedade, estabelecida por definições do que é ser travesti e transexual, concebidas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta parcela da população. A violência contra este público acontece nos mais variados espaços, conforme os dados apresentados até agora. E tem-se a rua o espaço onde a violência ocorre com mais constância, espaço este destinado as pessoas invisíveis socialmente, todavia, observa-se também a violência institucional, incluindo família, escola, serviços de saúde e outros, como um espaço de ameaça para as pessoas travestis e transexuais.



8. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Várias foram às conquistas alcançadas no curso da luta pela efetivação dos Direitos Humanos, sobretudo, no que diz reverência às minorias sociais. Contudo, a população LGBT e principalmente o segmento trans, ainda necessita de respaldo jurídico e atenção por parte do Estado brasileiro. Segundo os dados levantados, tomando como referência o ano de 2016 com 54 casos registrados na imprensa brasileira, início da coleta de dados, houve um salto de 114 casos no ano de 2017, e uma queda de quase 50% em 2018. Em relação a identidade de gênero das vítimas, 73% eram transexuais femininas, 7% homens trans e 20% foram violações que atingiram todo o nosso coletivo. Relembrando que em 2018 foi observada uma maior incidência de subnotificação por parte da mídia em relação aos casos levantados.

Gráfico: Número de violações em 2018

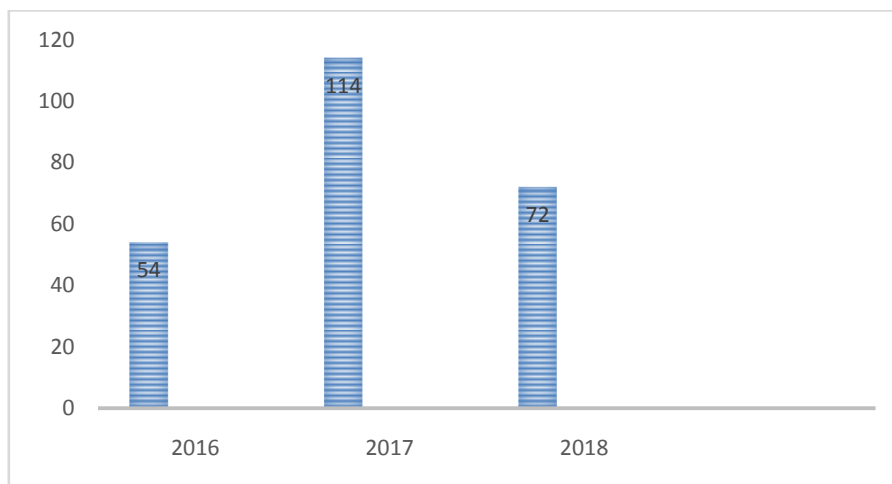
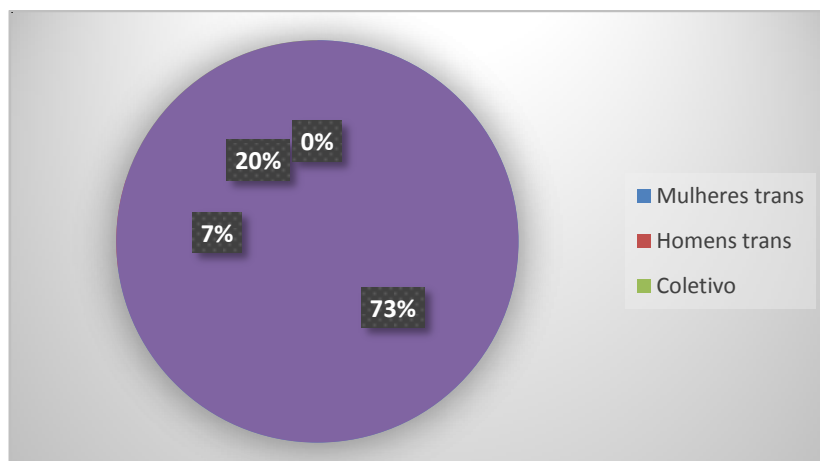


Gráfico: Identidade das vítimas

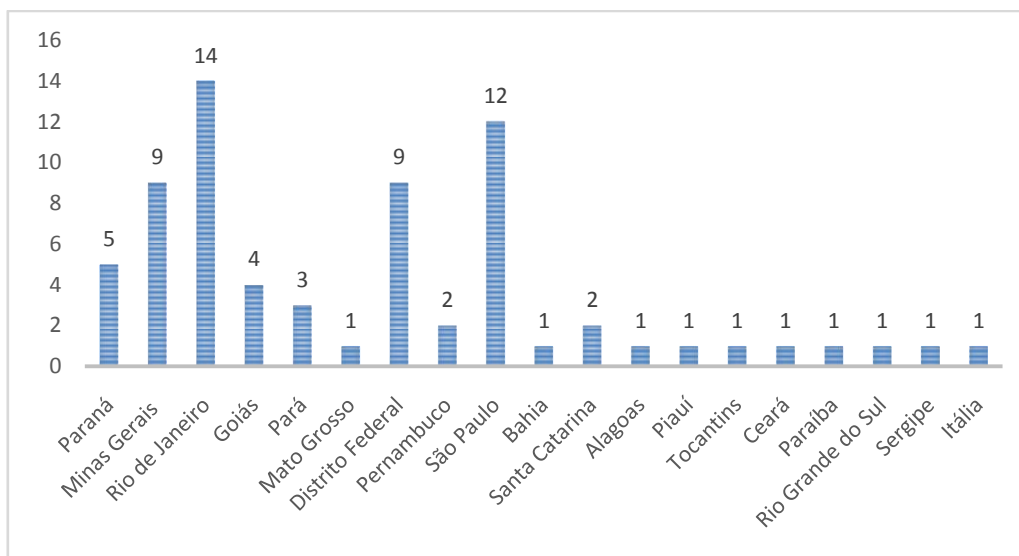




Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

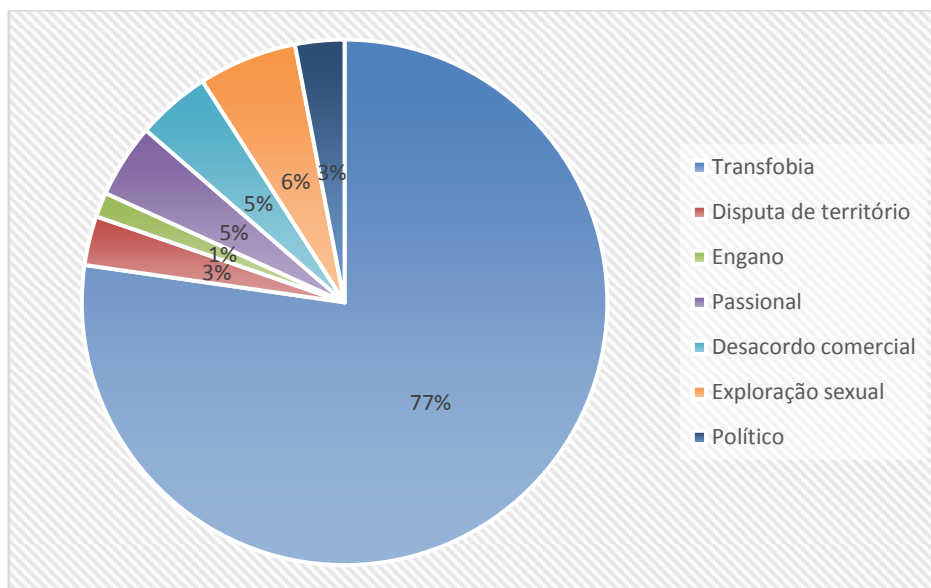
Os Estados com maior ocorrência foram Rio de Janeiro, São Paulo, empatados em 3º lugar Minas Gerais e Distrito Federal, seguido do Paraná e Goiás.

Gráfico: Estados com ocorrência



Os casos registrados em sua maioria têm ligação com transfobia, sendo 77% dos casos que podem ser consultados na tabela abaixo, que vai desde a proibição de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero até a negativa de usar o nome social nos documentos escolares.

Gráfico: Motivo das violações





Quadro: Tipos de violação

Agressão verbal	Impedimento de registrar filho biológico
Ameaça	Injúria
Assalto	Invasão de domicílio
Assédio moral	Lesão corporal
Assédio moral no trabalho	Medida protetiva negada
Atendimento negado no comércio	Não reconhecimento da identidade de gênero por parte da mídia
Candidatura impedida	Negativa que mulheres trans e travestis fiquem em presídio feminino
Desaparecimento	Nome social recusado em escolas
Descaso estatal	Proibição de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero
Direito a saúde negado em plano de saúde	Omissão da polícia
Estupro	Recusa de retificação de registro civil por cartórios
Extorsão	Tráfico de pessoas
Humor ofensivo	Suspensão de cotas em universidade
Impedimento de colar grau em universidade	Violência doméstica

No próximo quadro tem-se o local onde esta violência foi ocorrida, sendo o maior número em via pública, na residência da vítima e na Internet.

Quadro: Local de ocorrência

AGU - Advocacia-Geral da União	Motel
Aeroporto	Partido político
Câmara de vereadores	Plano de saúde
Cartório de registro civil	Posto de gasolina
Centro socioeducativo	Posto policial
Clínica de bronzeamento	Praça pública
Clube/boate	Prefeitura municipal
Congresso Nacional	Presídio
Delegacia	Rodovia
Emissora de rádio e televisão	Rodoviária
Escola	Shopping Center
Evento público	Terreno baldio
Hospital	Transporte público
Internet	Tribunal de Justiça
Lava-jato	Universidade
Metrô	Via pública



Já em relação aos autores a maior parte eram pessoas desconhecidas da vítima, seguido de seguranças de eventos e o próprio Judiciário que suspendeu a implementação de cotas trans para inclusão destas pessoas em uma Universidade até o impedimento de uma pessoa trans de registrar seu filho biológico.

Quadro: Autores

Agente penitenciário/socioeducativo	Pessoa pública
Cliente	Plano de saúde
Companheiro	Polícia Civil
Coordenação de curso universitário	Polícia Militar
Deputado Federal	Prefeitura municipal
Direção escolar	Profissional de saúde
Guarda Municipal	Programa de rádio/televisão
Judiciário	Quadrilha organizada
Motorista de ônibus	Segurança de evento, boate, clube, shows.
Partido Político	Técnico cartorário
Pessoa desconhecida	Vizinho da vítima

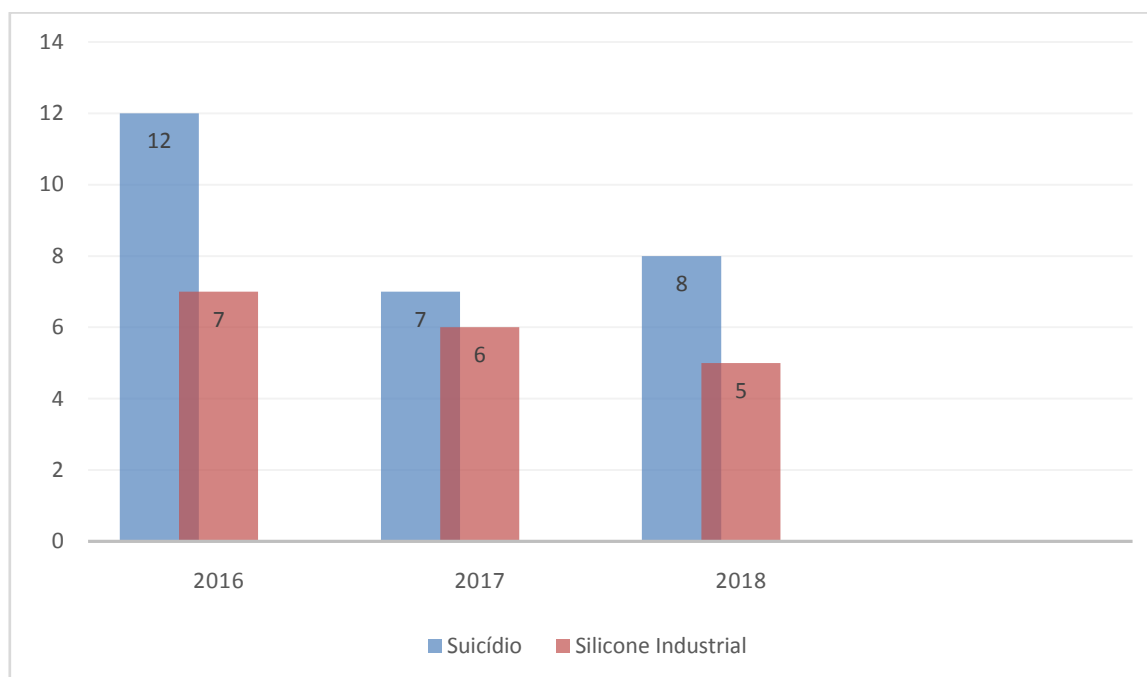
Não obstante de alguns avanços que a população trans teve no ano de 2018, como a edição da Portaria n. 33 do MEC que instituiu o uso do nome social no âmbito da Educação Básica e o julgamento da ADI 4275 pelo STF, onde as pessoas trans podem retificar seu prenome e gênero através de um procedimento administrativo no cartório de registro de civil, percebe-se que ainda faz-se necessário mais políticas públicas afirmativas para este segmento, que ainda permanece o grupo mais estigmatizado da sociedade.



9. ASSASSINATO SOCIAL: OUTRAS MORTES E SUICÍDIO

No ano de 2016 foram reportados 12 casos de suicídio entre a população trans, e 07 casos de mortes advindas da aplicação de silicone industrial. Já em 2017, foram registrados 07 casos de suicídio e 06 mortes ocasionadas pelo uso de silicone industrial e em 2018 temos 08 casos de suicídio e 05 de silicone industrial, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico: Mortes por suicídio e silicone industrial



O suicídio aumentou gradativamente no Brasil entre 2000 e 2016, foi de 6.780 para 11.736, uma alta de 73% nesse período. As maiores taxas de crescimento foram registradas entre jovens e idosos, do acordo com o Ministério da Saúde. No mundo, o suicídio acomete mais de 800 mil pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). É a segunda causa de morte no planeta entre jovens de 15 a 29 anos, sendo que a primeira é a violência (GIANNINI; LISBÔA, 2018).

O suicídio é uma das causas recorrentes das mortes de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil nos últimos tempos. Pode ser assinalado como um grave problema de saúde pública, todavia, entre a população trans ainda faltam dados, debates e pesquisas. O relatório "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil", do Núcleo de



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, revelou que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato.

O suicídio é cada vez mais um fenômeno social de importância em todas as sociedades pelo mundo a fora. Cada vez mais pessoas enveredam pelo caminho da morte voluntária, e nem sempre se consegue compreender por quê. Esse número vai aumentando sobretudo entre os jovens, o que resulta em um problema social referente não só aos que se suicidam, mas também aos seus familiares.

Além de observarmos que há vários outros fatores podem levar ao suicídio de pessoas Trans como, por exemplo, o contexto social, econômico, disfunções químicas, e as próprias questões de saúde mental. Não sendo o suicídio algo inerente a ser trans, mas diretamente relacionado em como a pessoa e a sociedade se relacionam com a própria transgeneridade.

Já em relação ao uso de silicone industrial, prática ainda muito comum, entre travestis e mulheres transexuais para modelar o corpo. Geralmente, o silicone utilizado para este fim é o mesmo comercializado para o uso em automóveis com a finalidade de lustrar e lubrificar peças, sendo facilmente localizado em lojas especializadas. Este material é extremamente nocivo quando usado no corpo, causando um grande dano à saúde a médio e longo prazo. Dentre os seus efeitos prejudiciais mais comuns estão a necrose das células, embolia, reações alérgicas, deslocamento do silicone para outras áreas do corpo, trazendo deformações severas, levando muitas vezes ao óbito. Estima-se que cerca de 85% das pessoas que fazem uso da substância apresentam agravos na saúde devido ao silicone industrial.

Porém, o seu uso é uma realidade entre as pessoas de baixa renda e, principalmente, entre travestis e mulheres transexuais. Além do risco que traz o emprego de tal substância, a ausência de higiene e a falta de preparo é um fator alarmante. Como sua aplicação é proibida pela Agência de Vigilância Sanitária, o produto é aplicado de modo clandestino pelas “bombadeiras” que utilizam as maneiras mais inacreditáveis, inclusive seringas veterinárias.

Os hospitais possuem nas suas estatísticas um número avassalador, principalmente de travestis, que a eles acorrem, vitimados pelo uso do silicone industrial. O produto tem sido usado para turbinar, principalmente, os seios e as nádegas e também para o preenchimento da face e dos lábios. A aplicação de tal produto nas nádegas costuma deformar pernas e pés, impossibilitando o usuário de andar. Normalmente quando é aplicado no seio, o produto costuma descer para a barriga. A dor é muito grande, sem falar nos danos psicológicos com os quais a pessoa terá que conviver pelo resto da vida (LUDIASBH, 2015).



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Entretanto, o uso de silicone industrial não pode significar ação inconsequente e isolada, pois compõe a dinâmica real da sociedade na qual pessoas trans construirão modos de resistência e sobrevivência.

Encontramos ainda no monitoramento de 2018, dois casos registrados pelo uso sem acompanhamento médico de hormônios femininos. Segundo Andrade et al. (2018), no processo de construção das identidades trans e, sobretudo, em relação às mulheres transexuais deve-se levar em consideração um fator importante: na maioria das vezes, o uso de hormônios sexuais não ocorre com acompanhamento nos serviços de atenção básica à saúde, porém, tal uso se configura aspecto preponderante quando essas mulheres decidem se transformar, pois é no corpo que elas localizam os símbolos do que possui caráter masculino e feminino.

O início indiscriminado e inadequado dos hormônios sexuais ocorre, muitas vezes, na adolescência, por volta dos 14 aos 15 anos, empiricamente com a ingestão ou aplicação de medicamentos com progesterona e/ou estrogênio associados, o que acaba por aumentar o risco de doenças coronarianas, acidente vascular cerebral e fenômenos tromboembólicos (ANDRADE et al. 2018).

Conforme Mello et al. (2011), dentre a população LGBT, as pessoas travestis e transexuais são as que mais enfrentam dificuldades ao buscarem atendimentos nos serviços públicos de saúde, não só quando reivindicam serviços especializados, como o processo transexualizador, mas em diversas outras ocasiões nas quais buscam atendimento, pela agressiva trans/travestifobia que sofrem atrelada à discriminação por outros marcadores sociais, como pobreza, raça/cor, aparência física e pela falta de serviços de saúde específicos.

Alguns outros óbitos não foram esclarecidos durante o monitoramento, no total 05 casos, um Ribeirão Preto (SP) no dia 30 de janeiro de 2018, a vítima foi encontrada morta na casa onde morava e a causa da morte não foi divulgada. O segundo caso aconteceu em Florianópolis (SC) no dia 02 de fevereiro de 2018, a vítima tinha 21 anos, era profissional do sexo, foi dada como desaparecida no dia 21 de janeiro e seu corpo foi encontrado boiando em 02/02/2018.

O terceiro caso aconteceu em Venâncio Aires (RS) no dia 13 de junho de 2018, de acordo com a Brigada Militar, a vítima estaria presa em uma janela basculante. Parentes da vítima teriam encontrado o corpo. A Polícia Civil divulgou que a vítima teria ficado presa com a cabeça trancada na janela. A quarta vítima foi dada como morta depois de 02 de busca na Itália no dia 31 de julho de 2018. O último caso refere-se a uma transexual que morreu atropelada por uma motocicleta em Campo Grande (MS) no dia 10 de agosto de 2018, segundo testemunhas ela atravessava a via quando foi colhida pela moto e morreu no local.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Enquanto a sociedade não reconhecer a identidade de gênero das pessoas trans, estas ainda serão marginalizadas e vitimizadas. Importante reafirmar a universalidade dos Direitos Humanos, comprovando a necessidade de ações afirmativas específicas a essa população nas diferentes políticas públicas, dentre as quais a política de segurança pública. O exercício da cidadania plena é fundamentado na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.

O Estado necessita intervir de forma a, em primeiro plano, diminuir a violenta discriminação sofrida por essas pessoas e oferecer a elas condições dignas de educação, trabalho, habitação e vida. O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade garantem o direito à integridade física e moral, à privacidade e ao próprio corpo. Exige-se, deste modo, ação estatal para que esta população possa de fato usufruir desses direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal. É preciso participar da construção de uma sociedade inclusiva, democrática, que acolha as diferenças e singularidades, que acolha também os que contrariem a regulação moral imposta pelos poderosos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. A. A. et al. Requisitos de autocuidado de mulheres transexuais em uso de hormônios sexuais segundo teoria de OREM*. **Cogitare Enferm.** (23)3: e55748, 2018.

GIANNINI, D.; LISBÔA, G. Estável, suicídio entre jovens ainda é quarta causa de morte no Brasil. **Caderno Saúde**, R7, 09/05/2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/estavel-suicidio-entre-jovens-ainda-e-quarta-caoa-de-morte-no-brasil-21052018>>. Acesso em 05 jan. 2019.

LUDIASBH. O silicone industrial é um perigo. **Vírus da Arte & Cia**, out. 2015. Disponível em virusdaarte.net/amor-a-vida-o-silicone-industrial. Acesso em 07 jan. 2017.

MELLO, L., PERILO, M., BRAZ, C.A., & PEDROSA, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sex saludsoc** 2011; 9:7-28.



10. PALAVRAS DAS PRESIDENTAS - IBTE E ANTRA

“O Brasil é o país que mais mata pessoas Trans no mundo”. É com essa frase que apresentamos os dados compilados no relatório de 2018. Ela dá o significado do descaso que o Brasil tem relacionado a nossa população. Se por um lado é o país que mais busca pornografia em sites e páginas da internet com essa população, por outro é o que mais assassina também. Como equacionar essa questão? É uma resposta que não temos, mas que com a publicação desses relatórios a cada ano possamos demonstrar as nossas indignações e propor ações que façam o enfrentamento eficaz desses assassinatos.

Os dados apresentados nesse relatório trazem à tona registros de violências físicas, verbais e letais que a ANTRA e o IBTE conjuntamente se mobilizaram a apresentar, são trabalhos onerosos e difíceis de realizar, pois estamos trabalhando com mortes de pessoas que tiveram durante toda a sua vida a exclusão social como parceira, e nem na morte conseguem alcançar algum patamar de cidadania pois não raras vezes as notícias fazem questão de deixar bem nítido o teor masculinizador em corpos visivelmente femininos. Portanto a afirmação dos nossos corpos e identidades são premissas que queremos resguardar na vida e na morte.

O tema da violência e assassinatos de pessoas trans é assunto corrente na mídia, nas redes sociais, nas universidades e em diferentes setores da sociedade. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos fundamentais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo. A violência, contudo, não nos cerca apenas como algo distante ou abstrato, pois se transformou em algo habitual, que pode localizar em toda parte, na rua, diante de casa e na família.

As mortes continuam aumentando nas camadas mais vulnerabilizadas da população Trans. Moradoras de periferia, negras, e com baixa escolaridade. São especificidades dessas vítimas já tão excluídas socialmente, que as vezes só ganham notoriedade em mídias quando ocorre a letalidade, e quase sempre o apagamento das suas identidades sociais aniquila ainda mais aquele corpo estendido mortalmente. É um assassinato duplicado. Tira-se a vida e depois mata-se novamente sua existência quando não se respeita a forma e aparência que aquela pessoa construiu durante toda a sua vida.

A intolerância religiosa têm uma parcela grande de contribuição no aumento dessas violências posto que fazem questão de apontar nossa população como algo que no entendimento deles não é sagrado e deve ser expurgado do convívio social. Não hesitam em confrontar com outras religiões achando sempre que o deus que eles cultuam e acreditam é o mesmo para todas as outras pessoas. A investida feroz com que tratam a população Trans



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

é algo muito nocivo a saúde mental de grande parcela da nossa população. Aproveitar da fragilidade de alguns e falar de cura de algo que não é doença é uma crueldade sem tamanho.

Respeitamos e lutamos pela laicidade do estado como forma de respeitar todas as religiões sem exceção e também aos que não acreditam nas religiões e nos deuses que acreditamos. Entendemos a religião como algo de cunho pessoal e nesse sentido não fomentamos a nossa população a seguir essa ou aquela denominação religiosa, mas recebemos as investidas diárias de setores conservadores religiosos no nosso dia a dia, nas nossas ações e nas políticas que tentamos construir visando a reparação que essa população reivindica.

Portanto, muito embora o relatório seja de mortes, queremos dar valor e celebrar a vida das pessoas que resistem bravamente nesse país tão contraditório que vivemos, esse relatório chama a atenção visto que pouco ou quase nada foi feito para erradicar as letalidades e violências que vem sofrendo a população trans brasileira.

Em 2018, 53% foram assassinadas por armas de fogo, 21% por armas brancas e 19% por espancamento, asfixia e/ou estrangulamento. As questões de gênero se reforçam e demonstram que 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino. A idade média das vítimas dos assassinatos em 2018 é de 26,4 anos. 82% dos casos foram identificadas como pessoas negras e pardas, ratificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil.

O que assinala este tipo de violência que assola a população trans é o uso da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, para atribuir sofrimento ao outro. As mortes de pessoas trans no Brasil, geralmente, são cometidas tendo como principal motivo o ódio ou o círculo vicioso de exclusão a que estão submetidas. Os assassinatos normalmente se distinguem pelo número elevado de golpes desferidos ou pela crueldade do método empregado. O preconceito também surge durante a apuração dos crimes. A polícia, na maioria das vezes, se mostra vagarosa ou sem interesse em esclarecer os acontecimentos.

Apontar esses dados objetiva também alguns resultados práticos. Um deles é o de colocar publicamente para o mundo como o Brasil trata a população de travestis e transexuais, constranger o parlamento nacional e toda esfera governamental que não se debruça sob esse tema para desenvolver mecanismos de ações de proteção e a fim de acabar com essas mortes e demais violências. Gerando dados cada vez mais qualificados para que possamos estabelecer parcerias e encontrar pontes para ações efetivas com essas instituições, e ter documentados a cada ano esses relatórios até que possamos obter as devidas ações dos instrumentos constituídos para resolver essa problemática.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

A luta pelo reconhecimento e a cidadania das pessoas transexuais é uma meta que todo e qualquer Estado deve alcançar. Quando determinados grupos sociais conquista direitos antes negados, toda a população se beneficia com essa conquista, pois não há como se falar em democracia se algumas pessoas ainda vivem invisibilizadas perante a sociedade.

É imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento, na sociedade que abandona e marginaliza aquelas que rompem com os padrões estabelecidos. A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas.

Para pessoas trans, conseguir um emprego formal é uma *via crucis* que principia antes mesmo da entrada no mercado de trabalho, na fase de qualificação profissional. O nível de capacitação profissional das pessoas trans é um desafio, pois a maior parte apresenta baixa escolaridade e foram expulsas ou tiveram que sair muito cedo de casa, apoiando-se no trabalho informal e na prostituição. Essa transfobia acaba levando esse grupo a tornar-se um dos mais vulneráveis e aos vários tipos de violência.

Estamos convencidos que essa batalha é árdua, mas com serenidade vamos combatê-la, e sem passar por cima de ninguém, sem impor as nossas crenças e opiniões sobre as/os demais, respeitando as especificidades de cada indivíduo e não criminalizando pessoas por atitudes isoladas que cada um venha cometer.

Estabelecemos parcerias com organizações internacionais para incorporar esse debate de forma coletiva, ampla e numa conjuntura mundial que cresce junto a agenda que visa cassar os nossos direitos. Iremos trabalhar conjuntamente com essas organizações dentro dessa perspectiva de denúncias, educação, prevenção das violências e da letalidade entre pessoas Trans.

Andreia Laís Cantelli

PresidentA do Instituto Brasileiro Trans de Educação

Keyla Simpson

PresidentA da Associação Nacional de Travestis e Transexuais



11. ARTIGOS

11.1 LGBTfobia Estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+

Bruna G. Benevides - Presidenta do Conselho LGBTI de Niterói, Autora do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA/2017) e Membro da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI (RENOSP-LGBTI)

Maria Eduarda Aguiar - Advogada, Presidenta do Grupo Pela Vidda-RJ, Membro do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro e Membro da OAB Mulher da Seccional de Bangu

Apresentação

A presente escrita, além do desafio de trazer muitas vozes, que não só a das autoras, tem a pretensão de apresentar um outro olhar sobre as violências a que a população LGBTI+ está exposta dentro do convívio social. Seja nas tarefas mais simples do dia a dia, ou mesmo em atividades que requerem maior capacitação ou formação acadêmica, ser LGBTI+ é enfrentar uma estrutura que não foi pensada para a existência desta população. Muitas vezes é um desafio que se configura em estar exposto a diversos tipos de sofrimento para ter garantida sua dignidade e o respeito de sua existência como possível, legítima e real.

As experiências apresentadas pela população LGBTI+ e que vêm sendo levantadas pelos movimentos sociais denunciam a forma como a LGBTfobia está diretamente relacionada à falta de discussões amplas sobre o tema, a fim de manter os privilégios daquelas pessoas que nascem com a estrutura pensada para si, em detrimento daquelas que vivenciam um forma diferente de existir, o que lhes impõe diversas barreiras no transcurso de suas vidas.

E é aqui, neste texto, que trazemos uma reflexão clara e direta, a fim de pensarmos juntas sobre a importância de este debate ser trazido para toda a população, para agentes públicos e para a sociedade como um todo, para que possamos construir um outro projeto de sociedade que se pautem em valores como o respeito à individualidade e à livre expressão do ser.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Histórico recente das lutas por direitos LGBT+

Nos deparamos aqui com um grande desafio: como assegurar um olhar cidadão para estas pessoas que vêm sendo preteridas, silenciadas, expulsas do convívio social e da possibilidade de se constituírem enquanto cidadãos e cidadãs? Uma das formas é por meio do encontro com outros agentes que vivenciaram as mesmas exclusões e os mesmos processos de violência e violações de direitos.

Ao evitar processos de exclusão, é importante observar que eles são também constituídos por um viés de gênero, classe e raça: mulheres, negras, pobres e trans tendem a ser aqueles que se encontram mais expostos a estes mecanismos de opressão. Homens gays afeminados ou lésbicas que não performam uma feminilidade preconizada também constitui um grupo para o qual se deve dedicar especial atenção.

Ser LGBTI+, em muitos espaços sociais e governamentais, ainda é visto como um desvio moral, um pecado ou ainda uma perversão por grande parte das pessoas. Há ainda aquelas que acreditam se tratar de uma doença, o que, portanto, mereceria tratamento para reversão. Tal comportamento contraria a decisão da Organização Mundial da Saúde – OMS de retirar a homossexualidade de sua lista de doenças em 17 de maio de 1990¹, exatamente por entender que não se trata de uma patologia, mas de um reflexo da condição humana, tão possível quanto a heterossexualidade.

Embora já haja mais de 28 anos desde a decisão da OMS, o entendimento geral das pessoas pouco mudou: um exemplo se refere ao ano de 2017, quando um juiz federal flexibilizou a Resolução nº 001/1999² do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, a fim de que fosse possível a realização de terapias de reversão sexual. A ação foi movida por um grupo de psicólogos defensores dessa prática, o que representa uma violação dos direitos humanos e não tem qualquer embasamento científico³.

Somente a partir de 1º de março de 2018 que travestis e transexuais passaram a ter reconhecido o direito ao nome, que é um dos principais direitos da personalidade. Isto porque, após nove anos de tramitação, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.275 foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. Pela decisão do STF, o procedimento deve ser feito

¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-lembra-dia-internacional-contra-a-homofobia-e-a-transfobia-veja-principais-acoes-no-brasil/>>. Acessado em setembro de 2018.

² Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acessado em setembro de 2018.

³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

diretamente nos cartórios, sem necessidade de judicialização ou apresentação de laudos médicos ou psicológicos, por auto declaração da pessoa interessada.

Ainda, no dia 18 de junho de 2018, foi retirada da categoria de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças – CID-10 a classificação de travestilidade e transexualidade, deixando também de ser vista como uma patologia⁴. Neste contexto, a partir de agora, começamos a avançar na conquistas de direitos, mesmo diante de muitos desafios, como veremos a seguir.

Facetas da marginalização da população LGBT+

Aspectos familiares

Segundo dados compilados pela ANTRA em parceria com o Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae, estima-se que 13 anos é a idade média que pessoas LGBT+ são expulsas de casa pelos pais⁵. Sem uma estrutura familiar, acabam por se deixar levar pela pressão religiosa ou ainda pela vergonha de ter um membro da família que irá enfrentar diversos desafios em seu dia a dia. Neste contexto, a própria família se torna algoz dessas pessoas e a ignorância é um dos principais fatores desta intolerância. Pela falta de discussões sobre o tema, em especial na educação, estima-se que mais de 85% das famílias têm dificuldades em respeitar e entender a individualidade dos seus membros, acabando por excluir pessoas do seu convívio social.

Segundo relatos, que pudemos apurar no Grupo Pela Vidda RJ, muitas vezes é na própria família onde vemos diversas denúncias de ameaças verbais, espancamento e até queimaduras, principalmente quando se trata de trans menores de idade. Dada sua capacidade civil limitada pela lei e sua extrema vulnerabilidade, elas acabam sendo vítimas de um crime silencioso e muito difícil de ser comprovado. Muitas vezes a violência acaba levando à expulsão dessas crianças de casa.

⁴AGÊNCIA BRASIL. **Decisão da OMS sobre identidade trans deve reforçar políticas públicas**. 19/06/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforçar-políticas>>. Acessado em setembro de 2018.

⁵ Dados retirados do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Note-se que “o levantamento é feito [pela ANTRA] a partir de pesquisa dos dados em matérias de jornais e mídias veiculadas na internet. De forma manual, individual e diária. Há ainda grupos específicos que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou são enviadas informações através da rede de afiliadas da ANTRA e Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTI (RENOSP), pelos mais diversos meios e canais de comunicação (Email, Facebook, Whatsapp, etc.)” (ANTRA, 2017:12). Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Esse histórico de violências dentro de um espaço que deveria ser de acolhimento e segurança causa problemas relacionados à saúde mental, à dificuldade de acesso e continuidade nas escolas e à dificuldade de manter relações sociais, podendo levar, até mesmo, ao suicídio. Ainda de acordo com o levantamento do Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae, em torno de 75% das pessoas trans estão ou estiveram expostas a familiares abusivos que levaram à exclusão do convívio social.

Iniciativas como o Grupo Mães pela Diversidade⁶ tentam mostrar à família LGBT+ formas de poder ajudar seus filhos e filhas a vencer preconceitos e estigmas. Infelizmente, ainda há pouca visibilidade para esse trabalho, que é de fundamental importância para a sociedade.

Inserção escolar

Ao serem expulsas de casa, as pessoas não conseguem se manter dentro da estrutura formal de ensino. Passam a não mais se enxergar como cidadãos e têm suas possibilidades de qualificação ou realização profissional comprometidas.

Como segunda instituição de acesso social, e a primeira fora do seio familiar, a escola concentra o maior espectro daquilo que as pessoas aprendem em suas famílias. Os valores, a religiosidade, a intolerância ao diferente e conseqüentemente como reagir a isso são ensinados aos seus membros.

Pesquisas demonstram que ¼ dos estudantes não gostaria de ter um colega de classe LGBTI+. A mesma rejeição explícita apareceu inclusive entre professores, ainda que em menor grau (ABRAMOVAY, 2004:280)⁷. Outros dados apontam que no Brasil há cerca de 82% de exclusão escolar dentre pessoas trans (ANTRA, 2017). Ainda sobre escolaridade, 56% das pessoas trans não possuem o Ensino Fundamental; 72% não possuem o Ensino Médio; e apenas 0,02% estão no Ensino Superior⁸.

Um dos fatores que contribuem para que a escola seja um não lugar para pessoas LGBT+ é a proibição da discussão de gênero nas escolas. Cabe registrar que essa proibição

⁶ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/maes-pela-diversidade-saem-do-armario-para-enfrentar-lgbtifobia-contra-os-filhos>>. Acessado em setembro de 2018.

⁷ ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>>. Acessado em setembro de 2018.

⁸ OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos**. 14/05/2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

vem sendo derrubada nos tribunais de justiça, tendo o próprio Ministro Luis Roberto Barroso se manifestado por sua inconstitucionalidade⁹.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que mesmo havendo a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação¹⁰ e a Resolução nº 01/2018 do MEC¹¹, que garantem o uso do nome social e de banheiro conforme o gênero nas escolas públicas e privadas, ainda há resistência no cumprimento desse direito, que acaba, por vezes, tendo que ser dirimido no poder judiciário. Tal contexto pode, pois, acarretar a não capacitação da população LGBTQ+ para a entrada no mercado formal de trabalho.

Mercado de trabalho e prostituição

Há diversos relatos de demissão ou não contratação de pessoas motivados pelo preconceito à orientação sexual ou à identidade de gênero. Tais casos denunciam, pois, uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho por parte da população LGBTQ+.

De acordo com a ANTRA (2018), 90% da população de travestis e mulheres transexuais estão na prostituição por falta de oportunidades, devido à exclusão familiar, social e escolar. Na média, é aos 13 anos de idade que a maioria das travestis prostitutas iniciam seu trabalho na rua por terem sido expulsas de casa ou por estarem em ambientes familiares não acolhedores e violentos¹². Ainda, apenas 10% da população de travestis e mulheres transexuais estão em outras atividades (6% em informais sem vínculo empregatício e apenas 4% em empregos formais com fluxo de carreira).

⁹ O GLOBO. **STF suspende lei que proibia ensino sobre gênero nas escolas do Paraná**. 19/06/2017 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-do-parana-21491015>>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁰ Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: <www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx>. Acessado em setembro de 2018.

¹¹ Institui Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional. Disponível em: <www.lex.com.br/legis_27602529_RESOLUCAO_N_1_DE_15_DE_JANEIRO_DE_2018.aspx>. Acessado em setembro de 2018.

¹² OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos**. 14/05/2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos>>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Vemos também que 70% dos assassinatos de pessoas LGBT+ em 2017 no Brasil vitimaram profissionais do sexo e 55% deles aconteceram nas ruas, sendo identificadas pessoas negras e pardas em 80% deles¹³.

Há de se comentar que tais informações denotam um alto grau de ódio às prostitutas: em um país onde ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição, apesar de não se configurar como crime, elas sofrem um processo de criminalização e são constantemente desqualificadas pelos valores sociais vigentes. É na prostituição que encontram o único espaço possível de existirem, sem direito a um nome, à educação formal e à possibilidade de concorrer no mercado formal de trabalho, sem cidadania e sem respeito: é assim que são legitimadas todas as formas de opressão que são impostas a elas e eles.

Ora, se elas são empurradas a estarem nesses locais marginais, muitas vezes de forma precoce por suas famílias, sem possibilidade de frequentar a sala de aula, tampouco de abandonar esses locais que se tornam fonte de suas sobrevivências, fica a questão: como podem, ao serem mortas, ser ignoradas exatamente pelo motivo que as colocou ali? Como ignorar os processos de exclusão que delimitam a esquina como um espaço de trabalho mais adequado do que o mercado formal?

Aspectos religiosos

Cotidianamente, vemos programas de TV abertamente promovendo discursos que demonizam e humilham pessoas LGBT+. É comum ouvirmos relatos de declarações públicas em cultos religiosos que demonizam a condição LGBT+ e a associam com aspectos sobrenaturais, que devem ser combatidos, inclusive com uso da força e da violência, se preciso.

Há ainda grupos organizados de psicólogos religiosos, que se colocam como aqueles que irão libertar LGBTI+ das *possessões e práticas pecaminosas*, a fim de impor sua crença para curar e reverter o que eles identificam como antinatural, ignorando por completo os direitos à liberdade e à individualidade previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Todos os avanços nas políticas LGBTI+ conquistados até aqui se encontram ameaçados pela carência de discussões acerca do tema, principalmente por parte das bancadas religiosas nas casas legislativas. Tal situação pode colocar em risco as minorias

¹³AGÊNCIA BRASIL. **Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil.** 25/01/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

sociais, ignorando a vulnerabilidade social, o preconceito e as discriminações a que estão submetidas.

Tais valores baseados em dogmas religiosos seguem perpetuando estigmas e causando graves problemas à população LGBTI+: os efeitos dessa intolerância religiosa materializada nas casas legislativas ferem o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro, além de barrar discussões e projetos que visam a garantir direitos e cidadania à população LGBTI+. Como exemplo, citamos o Projeto de Lei nº 5.774/2016¹⁴, que visa a transformar em contravenção penal o uso de banheiros públicos por pessoas em desacordo com o sexo biológico. O objetivo desse PL é impedir o uso de banheiro feminino por travestis, mulheres transexuais e homens trans.

Todos os avanços e políticas afirmativas para a população LGBT+ vieram por meio de interlocução com o Executivo ou por via judicial, lembrando que o direito ao casamento igualitário (Resolução nº 175/2013)¹⁵ e a retificação civil de pessoas trans (Provimento nº 73/2018)¹⁶, ambos do Conselho Nacional de Justiça, até hoje não se tornaram lei federal, já que estes projetos foram rechaçados pelo Congresso Nacional.

Dentre as maiores investidas do conservadorismo religioso está o Projeto de Lei nº 6.533/2013, conhecido como Estatuto da Família¹⁷, que prevê a proteção a somente um único modelo de família, a proibição do debate de gênero nas escolas e a rejeição do PL 122/2006¹⁸ que criminaliza os crimes de LGBTfobia.

Violência física, psicológica e simbólica

Segundo relatório do TGEU – TransgenderEurope¹⁹, o Brasil é o país que mais vitima pessoas LGBT+, à frente de países onde ser homossexual é crime, por exemplo. É um dos países que mais mata pessoas trans no mundo, contabilizando cerca de 40% das mortes em

¹⁴ Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090772>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁵ Disponível em: <www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁶ Disponível em: <www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁷ Disponível em: <<http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁸ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acessado em setembro de 2018.

¹⁹ Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TVT-PS-Vol19-2017.pdf>>. Acessado em setembro de 2018.



todo o planeta. Somente em 2017, foram assassinadas 179 pessoas trans, um aumento de 20% em relação a 2016 (ANTRA, 2018)²⁰.

Há ainda violações dos direitos básicos como a expulsão de pessoas trans de banheiros públicos ou a negação de acesso à saúde ou a consultas médicas. Violências simbólicas no atendimento de saúde também são reportadas, além da estigmatização da população LGBT+ em relação às infecções sexualmente transmissíveis – IST, ao HIV/AIDS e às hepatites virais. Diante disso, homens gays, HSH (homens que fazem sexo com homens) e pessoas trans não podem doar sangue.

Vemos uma população extremamente vulnerabilizada devido ao preconceito e à falta de acesso a espaços e cuidados, o que agrava a situação da saúde mental de nossa população, fazendo com que muitos dos casos de suicídio no mundo sejam de pessoas LGBT+. Em sua maioria são pessoas trans.

Ainda, no Brasil, segundo Pedro Sammarco na publicação *Travestis Envelhecem?*²¹, a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos²². Em comparação, a média dos demais brasileiros, em 2018, é de 76 anos²³.

Relações com o Estado e importância dos dados oficiais

Em que pese a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) ter uma interpretação extensiva em relação às mulheres transexuais, no texto legal não existe a tipificação expressa que dê a travestis e mulheres transexuais o devido atendimento.

Diante de alguns casos concretos, o Ministério Público e o Judiciário já vêm aplicando a Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica praticada contra travestis e mulheres transexuais. Iniciativas legislativas como a do Projeto de Lei nº 8.032/2014 tentam ampliar a proteção da Lei Maria da Penha para pessoas trans que se identifiquem com o gênero feminino. Contudo, ele ainda está em tramitação com parecer favorável para sua aprovação.

²⁰ Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acessado em setembro de 2018.

²¹ Antunes, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?**. 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

²² SENADO FEDERAL. **Expectativa de vida de transexuais é de 35anos, metade da média nacional**. 20/06/2017. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acessado em setembro de 2018.

²³ CORREIO BRAZILIENSE. **Expectativa de vida do brasileiro chega a 76 anos , a maior da história**. 25/07/2018. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/07/25/interna-brasil,697305/expectativa-de-vida-do-brasileiro-chega-a-76-anos-a-maior-da-historia.shtml>. Acessado em setembro de 2018.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Ainda, há relatos de ser comum a negativa de atendimento a travestis e mulheres transexuais que não possuem seus documentos retificados em algumas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM. Porém, com o protocolo²⁴ que garante este atendimento no estado fluminense, esperamos que o Rio de Janeiro seja referência de atendimento, e inspire outros estados a fazer o mesmo.

O desafio ainda é grande, pois a população LGBTI+ ainda não tem o devido atendimento especializado nas demais delegacias, o que torna difícil denunciar atos e mecanismos simbólicos de discriminação, violência psicológica, e mesmos violências físicas, visto que estas denúncias são constantemente enquadradas sem levar em conta o qualificador da LGBTfobia. Muitas vezes isso se deve ao despreparo do atendente, outras ao preconceito institucional ao se deparar com uma vítima LGBT+, culpabilizando a vítima pelo que possa ter acontecido. Ainda, há certo medo ou resistência, por parte dessa população, em procurar o serviço: no geral, temos uma população que tem medo da polícia e descrença nos órgãos de segurança pública e de justiça do estado.

Negar a motivação LGBTifóbica dessas violências é, antes de mais nada, colocar a culpa (por terem sido mortas ou violentadas) nas vítimas, ao tentar justificar que foram assassinadas devido ao seu comportamento não padronizado, ou por estarem em ambientes violentos, como muitas pessoas trans na prostituição de rua ou envolvidas com atos ilícitos. Assim, é preciso garantir o devido atendimento em todas as delegacias por meio de capacitações periódicas, para garantir o cumprimento do protocolo de atendimento às pessoas trans: regras corretas de abordagem e revista e garantia do emprego, respeito e uso correto do nome social e da identidade de gênero das pessoas trans em todos os momentos em que seja necessário qualificar as partes.

Há de ser mencionado que faltam dados estatísticos oficiais sobre a violência sofrida pela população LGBTI+, e em especial sobre a população trans, tendo em vista que, sem o devido acolhimento, essa população não efetiva a denúncia formal e, quando a faz, a vítima é qualificada como consta no documento civil, muitas vezes divergentes de sua identidade de gênero. Tal situação corrobora com o cenário de dados subnotificados e insuficientes.

Entendemos que a denúncia é importante para que haja dados estatísticos confiáveis sobre essa população, e, para isso, é necessária a realização de campanhas periódicas, focais para a população LGBT+, sobre a importância de denunciar a violência. Da mesma forma, é fundamental a capacitação do policial que irá fazer o atendimento, para que efetivamente possamos ter uma resposta para esses casos.

²⁴ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura e Polícia Civil assinam protocolo para atendimento das mulheres transexuais e travestis.** 14/05/2018. Disponível em: <<http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=7960158>>. Acessado em setembro de 2018.



Enfrentando o problema

Importância do diálogo com os movimentos sociais

A atuação dos movimentos sociais no exercício do controle social é de fundamental importância, principalmente para manter canais de denúncias e levantamento de dados. O trabalho de rede realizado por diversas instituições ao longo dos anos tem sido importantíssimo, pois estabelecemos nesses espaços um canal de controle e denúncia dos crimes de natureza LGBTIfóbica, sendo alguns deles encaminhados ao NUDIVERSIS (Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e da Diversidade Sexual) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

São os movimentos que, representando parte da sociedade civil, têm se colocado diante da luta contra a LGBTIfobia, em todos os campos e espaços sociais, denunciando a violência e atuando no acolhimento das vítimas e junto ao poder público a fim de que os crimes não fiquem impunes. É através dos movimentos sociais que a população, em geral a mais vulnerabilizada, chega primeiro. E cabe a nós intervir junto ao estado pela garantia do direito destas pessoas.

Recomendações para o enfrentamento da LGBTIfobia estrutural

- Realização de campanhas periódicas contra a LGBTIfobia estrutural, social, familiar, escolar e institucional;
- Capacitação e qualificação regulares e periódicas, em todos os níveis, de agentes públicos na área de educação, saúde e segurança a fim de combater a violência estatal e a discriminação contra o cidadão ou cidadã LGBTI+;
- Fortalecimento da participação dos movimentos LGBTI+ nos espaços institucionais, conselhos e afins, a fim de garantir a representatividade e efetiva participação dos agentes que vivenciam a violência LGBTIfóbica;
- Parcerias com universidades para estimular pesquisas sobre a violência estrutural contra a população LGBTI+, com a devida participação dos movimentos sociais;
- Garantia da padronização a nível nacional do preenchimento da motivação presumida dos Registros de Ocorrência lavrados em delegacias, bem como dos marcadores de orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Garantia do correto atendimento às travestis e mulheres transexuais nas DEAM;



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

- Garantia do direito de escolha a travestis e mulheres transexuais a respeito da instituição onde cumprirão pena, independentemente de cirurgias ou retificação documental;
- Enfrentamento ao *bullying* LGBTIfóbico nas escolas e instituições de ensino;
- Garantia das discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas;
- Criação de canais específicos de denúncia contra a população LGBTI+;
- Criação de Delegacia/Divisões especializadas para atuação em crimes LGBTIfóbicos;
- Efetivação das denúncias contra pais que expulsam seus filhos de casa e acompanhamento dos menores pelos órgãos governamentais; e
- Encaminhamento à Defensoria Pública no caso de violência ou violações dos direitos humanos das pessoas LGBTI+.

Considerações finais: LGBTfobia estrutural

Diante do exposto, concluímos que a LGBTIfobia estrutural é algo que nos compõe como sociedade na criação de valores sociais passados de geração em geração.

A LGBTfobia é observada como um comportamento social crítico e hostil. Traz consigo, ainda, fatores institucionais, de cunhos religioso e político, com relação direta com o machismo e a própria constituição do modelo hegemônico sobre os papéis de gênero e suas distintas possibilidades de performances, seja pela falta de informações ou pela discriminação contra pessoas que apresentam comportamento diferente do esperado.

Estivemos até aqui demonstrando sinais de que há instituições, elementos e ferramentas organizadas que negam acesso a direitos e o reconhecimento da cidadania plena da população LGBTI+. Exatamente por isto que aceitamos o desafio de participar desta escrita. Para colocar aqui uma realidade ignorada por muitos, mas vivenciada diariamente por uma parte da população que precisa de um olhar diferenciado do Estado e de seus agentes. Para que possamos garantir equidade, respeito e pensar em um projeto de sociedade que não apenas acolha suas diferenças, mas que entenda que somente com a colaboração de todas e todos é que se pode realmente alcançar um avanço efetivo de coletividade.

É apenas falando sobre as violências e as violações às quais a população LGBT+ está exposta que podemos pensar em estratégias e ações para um enfrentamento eficaz, não apenas institucionalmente, mas estruturalmente.

Artigo postado originalmente do DOSSIÊ LGBT+2018 - ISP/RJ.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

11.2. Artigo Sayonara Revista Geografia

Sayonara Naider Bonfim Nogueira
Instituto Brasileiro Trans de Educação - Brasil
sayonaratv@hotmail.com

Como citar este artigo:
NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da
Cartografia da Resistência ao Observatório da
Violência contra Pessoas Trans no Brasil. Revista
Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 1,
p. 220-225, 2018. ISSN 2177-2886

Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil

São ainda incipientes os estudos e pesquisas relacionados ao universo das pessoas trans 2 no Brasil cujo foco seja compreender de forma mais profunda a realidade dessa população ainda tão discriminada e excluída da nossa sociedade. Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, essa população ainda é exonerada de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física.

Segundo o Relatório de Assassinatos de LGBT no Brasil do Grupo Gay da Bahia de 2015, as pessoas trans compõem um dos grupos mais vitimizados no país, uma vez que o risco de uma pessoa travesti, transexual ou transgênera ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior. Segundo agências internacionais, quase metade dos homicídios contra pessoas trans do mundo ocorre no Brasil, no entanto, o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação. Sabendo-se que existem muitos casos não noticiados ou nos quais as vítimas são registradas de forma errônea como 'homem' ou 'homossexual'.

Assim, ainda não é conhecido o número exato de pessoas trans que sofrem a violação dos seus Direitos Humanos. Centenas de travestis morrem por ano vítimas do uso de silicone industrial ou por problemas causados pelo uso indiscriminado de hormônios. Mesmo com alguns avanços na área de saúde integral para pessoas trans, ainda são escassos os hospitais que atendem essa população.

Muitas pessoas travestis, transexuais e transgênera deixam o Brasil em busca de uma vida estável na Europa. No Brasil, é comum que pessoas trans sejam excluídas do mercado de trabalho, excluídas do espaço escolar desde as séries iniciais e expulsas de casa ainda na infância. Muitas não possuem nem documentos de registro e são enterradas como indigentes, o que mostra o desrespeito a essa população até mesmo na hora da morte.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

A jornalista Ana Ribeiro em 2014 retratou essa situação para uma matéria no Canal iGay, no qual mencionava que socialmente existem todas aquelas perversidades cotidianas que são impostas por aqueles indivíduos que se recusam a tratarmos de acordo com a nossa identidade de gênero. Na morte, muitas vezes são enterradas pelas amigas ou como indigentes, porque as famílias não clamam o corpo. A esse ser humano é recusado, desde o seu nascimento até o fim da sua vida, o direito de ser elx mesmx.

As histórias de exclusão social e discriminação são reafirmadas por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social que sofremos todos os dias. Na fala das pessoas trans observa-se um sentimento de aflição resultantes dos confrontos e enfrentamentos rotineiros e da não aceitação da sociedade, que podem levar até ao suicídio.

Deste modo, é imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza xs que irrompem com os padrões heterocisnormativos. A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas.

O grau de invisibilidade social das pessoas trans no Brasil é tão grande que não existem censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que possam mapear esse segmento pelo país para poder fomentar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender as nossas demandas.

Enquanto professora durante 16 anos na rede estadual pública de Minas Gerais, travesti e ativista, levei o tema da violência e assassinatos de pessoas trans, uma vez que era um assunto recorrente na mídia, nas redes sociais, nas universidades e em diferentes setores da sociedade. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos fundamentais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo. A violência, contudo, não nos cerca apenas como algo distante ou abstrato, pois se transformou em algo habitual, que pode se localizar em toda parte, na rua, diante de casa e na família.

Com formação em Geografia, percebia que os alunos tinham certa dificuldade com o conteúdo referente à Cartografia, e como sou uma professora protagonista do meu próprio movimento sempre trabalhei as questões sociais com meus alunos, tanto do Ensino Fundamental como do Médio. Em 2012, na tentativa de mudar o método para trabalhar a cartografia na sala de aula, iniciei com os alunos um projeto denominado 'Cartografia da Resistência', que é uma cartografia social, vinculada aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que um mapeamento físico, trata de movimentos,



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade.

O primeiro trabalho que desenvolvemos na sala referia-se ao número de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil, a partir desses números xs alunxs construíam gráficos demonstrando o índice de lésbicas, gays, travestis e transexuais assassinados, e construíam mapas mostrando esse número por estados e regiões. Essa pesquisa era feita por meio de sites de organizações já existentes e sempre citadas como fontes em relação aos casos de homolebotransfobia. E como foi um trabalho bem desenvolvido, ele foi continuado por muitos anos, ao longo dos quais, percebeu-se que, equivocadamente, mulheres trans e homens trans eram definidos como gays e lésbicas, ou seja, as informações colaboravam para a subnotificação dos casos de pessoas trans e aumentavam o número de casos de assassinatos de gays e lésbicas no relatório final.

No final de 2015, durante o Fórum Social em Porto Alegre (RS), na época era secretária de comunicação da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – Rede Trans Brasil, surgiu a ideia de construção de um site com notificação de violação dos direitos humanos somente de pessoas travestis e transexuais já que são registrados apenas os assassinatos dessas pessoas.

Para a realização da pesquisa utilizamos como fonte duas bases de dados: o Google Notícias e as páginas de plantões policiais. As palavras-chaves utilizadas para a busca são: ‘Travesti’ – ‘Transexual’ – ‘Morte’ – ‘Assassinato’ – ‘Agressão’ e mais a data do dia da busca. No início foi perceptível que, ao se buscar por substantivos, adjetivos e pronomes no gênero feminino, não se encontravam notícias, mas sim quando se buscava com a inclusão do artigo ‘o’. O número de notícias era ainda maior quando se utilizava termos como ‘traveco’ e ‘homem encontrado com vestimentas de mulher’, o que demonstra a forma pejorativa com que o segmento é tratado pela mídia.

Percebeu-se ainda que, quando se buscava pelo termo ‘transexual’, apareciam muitas notícias relacionadas a pessoas transexuais que terminaram algum curso acadêmico, que constituíram família, que fizeram cirurgias ou trabalhavam com moda. Por outro lado, quando se busca pelo termo ‘travesti’, as notícias estavam, em sua maioria, relacionadas à prostituição, vídeos pornográficos, agressões e morte.

Infelizmente, não são todos os órgãos de comunicação que publicam esse tipo de matéria, e quando publicam, fazem de forma transfóbica, coisificando, vulgarizando e marginalizando as pessoas travestis e transexuais. Na maior parte das reportagens sobre casos de assassinatos de pessoas trans, seus nomes sociais e gêneros são desrespeitados.



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

A construção do site proporcionou também a parceria com a rede europeia TransgenderEurope, à qual era enviado todos os meses a relação dos assassinatos ocorridos no país. Tive ainda a oportunidade de participar de vários treinamentos internacionais sobre metodologias de catalogação, sendo o primeiro em Bologna, na Itália e Bangkok, na Tailândia em 2016 e em 2017 na Cidade de Guatemala na Guatemala.

O Observatório de Pessoas Trans Assassinadas do projeto Transrespeito versus Transfobia no Mundo (TvT) do TGEU monitora, coleta e analisa sistematicamente relatórios de homicídios de pessoas trans e/ou gênero diversas em todo o mundo. Os relatórios fornecem informações contextuais sobre o monitoramento e relato de assassinatos de pessoas trans e/ou gênero diversas e resumem os resultados. As tabelas apresentam estatísticas sobre a região do mundo, país, data, localização e causa de morte, idade e profissão das vítimas. A equipe de pesquisa do TvT atualiza e avalia regularmente os resultados em ordem cronológica, começando com a atualização mais recente.

Foi um trabalho complexo na catalogação de assassinatos de pessoas trans no país, mas com um resultado aplausível o que gerou a transição da Rede Trans Brasil para um projeto independente e o surgimento do observatoriotrans.org onde existe um link direcionado há um observatório de violência, onde se analisam as tentativas de homicídio, a violação dos direitos humanos, os assassinatos e um canal de denúncia, denominado Plataforma T, direcionado a professorxs/as e alunos/as transexuais vítimas de transfobia institucional.

Infelizmente alguns movimentos sociais organizados são marcados pelo coletivismo, querem generalizar uma regra, suprimindo a capacidade crítica individual das pessoas, substituindo os pensamentos particulares, por coisas impostas por outras pessoas, aprisionando deste modo, os horizontes do pensamento pessoal e a eliminação da liberdade de expressão. Neste novo site é possível encontrar também o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) que não é uma Rede, e sim um Instituto, formado por professorxs travestis e transexuais, e, sobretudo, protagonistxs de suas próprias pesquisas.

No cenário educacional brasileiro, professoras e professores transexuais são cada vez mais visíveis. Ainda que estabeleçam uma minoria em termos numéricos, originam para o debate na educação, diversas questões polêmicas, sobretudo por conta da curiosidade que instauram e do impacto nos modos de relação profissional no ambiente escolar.

O IBTE, tem como grande característica promover as discussões de pesquisa, produção de conhecimento e todas as demandas que envolvem processos de educação, bem como o monitoramento da violência contra as pessoas trans, porém, tudo desenvolvido pelas próprias pessoas trans, que durante todo esse percurso histórico dos movimentos 'homossexual, GLBT e LGBT' no Brasil, a população de travestis, mulheres e homens



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

transexuais viveram na margem desse processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais cotidianas e rotineiras para todas as pessoas cisgêneras, inclusive as que tangem os processos de exclusão, que para as pessoas trans isso é algo ainda mais agravante e violento.

Por fim, busca-se com a criação do IBTE uma nova forma de produzir conhecimento, pesquisas, políticas públicas e demandas educacionais para pessoas trans, e com isso promover a visibilidade, mesmo que a passos lentos, porém largos, dentro de uma sociedade que condena as pessoas que estão fora de uma certa heterossexualidade compulsória. O IBTE junto ao Observatório Trans é mais que um instituto, é monitoramento, é parceria, é educação, é política pública, é produção científica, acadêmica, educacional, ou seja, é produção de vida, de vida trans.

Referências

- BARBOSA, A. C. S.; PIMENTEL, I. I. A questão da identidade travesti e a construção do espaço simbólico na Avenida Augusto Severo, Bairro da Glória – RJ. Anais... XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas, 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre.
- BENEDETTI, M. Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis, v. 16, n 2, p. 233 – 249, 2006.
- EDITORIA GGB. Bahia: Salvador, janeiro de 2016. Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório de 2015.
- FREITAS, H.; JANISSEKMUNIZ, R.; MOSCAROLA, J. Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados, s/d.
- LA GATA, C.; BERREDO, L. Informe anual del TMM 2016: 2.190 asesinatos son sólo lapunta del iceberg: una introducción al proyecto Observatorio de Personas Trans Asesinadas, TGEU, 2016.
- PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. Barbarói, n. 38, p. 45 – 59, 2013.
- RIBEIRO, A. Ser enterrada como homem é história que se repete entre as transexuais. iGay iG, 27/11/2014.
- SANTOS, D. B. C. Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- TGEU. Projeto de investigação TvT (2016). Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM). Transrespect versus TransphobiaWorldwide (TvT) project.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>



Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

12. AUTORAS



BRUNA BENEVIDES

- Militar da Marinha do Brasil
- Consultora de Diversidade sexual, de Gênero e Direitos Humanos da população LGBTI+
- Coordenadora do Pré Vestibular Social PreparaNemNiteroi
- Secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
- Secretária de Comunicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
- Membro da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP LGBTI+)
- Membro Fundadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Fórum TTRJ)

Contato:
bruna-marx@hotmail.com



SAYONARA NOGUEIRA

- Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia.
- Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto Prominas e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia
- Técnica em Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal de Minas Gerais
- Professora e Consultora Acadêmica
- Vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE
- Gestora Pública
- Membro da Rede Ibero-americana de Educação LGBTI
- Diretora de Direitos Humanos da Confederação Trans da América Latina e Caribe

Contato:
sayonaratv@hotmail.com

Realização



Apoio



Apoio Internacional

